I PARTE

Contexto Histórico e Teórico da Moderna Política Económica

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

ORGANIZAÇÃO DE UMA VISÃO DE LONGO PRAZO

- O século XIX e o "laisser faire"
- As perturbações económicas dos anos 20 e 30 e a emergência da intervenção estatal no combate ao desemprego
- A ruptura teórica de Keynes: a necessidade e possibilidade de regulação dos mercados
- A era do keynesianismo e a afirmação da política económica no contexto do ciclo de crescimento rápido e regular do pós-guerra (1945-1973)
- A "estagflação" , os "choques do petróleo" e a crise económica dos anos 1970
- A emergência do monetarismo no combate à inflação e as experiências liberais modernas dos anos 1980 (privatização, liberalização e desregulamentação)
- Os ajustamentos teóricos no declínio do intervencionismo estatal: "Novos Clássicos" e "Novos Keynesianos"
- O sonho da "nova economia" nos anos 1990
- A grande crise económica e financeira do final da primeira década do século XXI
- A política económica na era da globalização acelerada e da divergência no crescimento económico à escala mundial: ... a regulação de novo

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

Enquadramento

A EVOLUÇÃO DAS REALIDADES E DAS TEORIAS ECONÓMICAS

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

ABORDAGEM POSITIVA E ABORDAGEM NORMATIVA

A **política económica** existiu durante muito tempo sem se constituir verdadeiramente como objecto de estudo autónomo e, nem mesmo, ser designada como tal.
O desenvolvimento da civilização industrial e do comércio e investimento internacionais, alargando e diferenciando o funcionamento dos mercados, a par da evolução da própria teoria económica, procurando interpretar e influenciar o comportamento dos agentes económicos e dos governos foi criando as condições para que a política económica fizesse o seu caminho no sentido da emancipação, seja como uma realidade objectiva reconhecida como tal, seja como uma realidade teórica traduzida na ocupação de um espaço próprio na análise económica.
A ligação entre a busca da compreensão dos factos (o estudo "positivo" do que existe) e a busca das regras para a acção sobre os factos (o estudo "normativo" do que queremos que exista) é, assim, muito forte.
A **teoria económica** pode, neste enquadramento, ser concebida como abarcando uma valência ***positiva***, onde a ***análise económica*** se afirmaria, e uma valência ***normativa***, onde se situaria o "território natural" da ***política económica***.

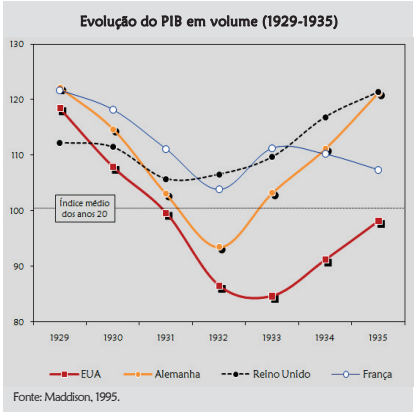
Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

AS PERTURBAÇÕES ECONÓMICAS DOS ANOS 20 E 30

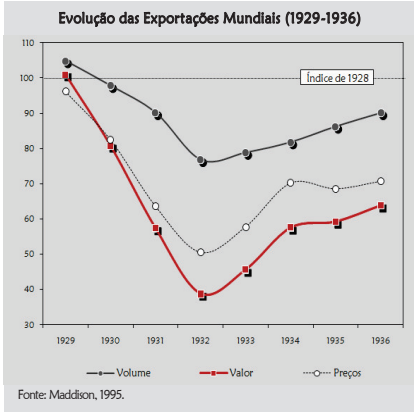
A formação da realidade que hoje designamos por "política económica" encontrou um momento crucial de afirmação e maturação na situação de crise económica criada pelas perturbações dos anos 20 e 30 do século XX.
As perturbações económicas, induzidas seja pela primeira Grande Guerra e pelo seu rescaldo imediato, seja pelo esgotamento de um ciclo de acumulação intensiva, seja pelo declínio do regime monetário internacional baseado na libra esterlina, revelaram um conjunto vasto de explícitas e sucessivas imperfeições e limitações, não só no funcionamento dos mercados, como nas práticas estabelecidas de governação económica, polarizadas pela suficiência e adequação da conjugação do equilíbrio orçamental com a deflação.
A manifestação de uma sucessão de **imperfeições e limitações dos mercados** foi produzindo, durante uma conjuntura relativamente longa, o surgimento de um ambiente especialmente favorável para a consagração das inovações e das mudanças teóricas e institucionais que marcaram a emergência de **novas funções económicas e sociais para os Estados**, no seio das quais a política económica assumiu um papel relevante.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

DEFLAÇÃO E RITMOS DESIGUAIS NA "GRANDE DEPRESSÃO"



Fonte: Maddison, 1995.



Fonte: Maddison, 1995.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A "GRANDE DEPRESSÃO" (1929-1933)

A chamada grande depressão de 1929-1933, que teve no "crash" da bolsa de Nova Iorque a sua primeira grande manifestação (o pânico generalizou-se em Wall Street nos dois dias "negros" de quinta 24 e terça 29 de Outubro de 1929 com 13 e depois 16 milhões de acções vendidas com as cotações em queda brutal – em menos de um mês a capitalização bolsista perdeu mais de 16 biliões de dólares e o índice do valor das acções industriais baixou para menos de metade, passando de 452 para 224), traduziu-se numa forte redução da produção e dos preços (deflação), num desemprego massivo e numa forte retracção do comércio mundial de mercadorias, com a crise, inicialmente financeira, a generalizar-se a toda a economia real.

A economia norte-americana, a mais atingida pela crise, conheceu, por exemplo, nesse período, uma redução do volume do PIB superior a 30%, uma taxa de desemprego que atingiu um máximo, em 1933, de 25% da população activa ou 14 milhões de desempregados (em 1930 tinha subido para 9%, o triplo de 1929, em 1931 atingia 16% e, em 1932, 24%) uma redução de 25% no índice de preços no consumidor e uma quebra de cerca de 30% no volume das importações e exportações.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

O "NEW DEAL"

As medidas tomadas, numa conjuntura difícil e numa lógica relativamente improvisada, sob o primado da necessidade da acção, pelo Presidente Franklin D. Roosevelt, eleito em Novembro de 1932, para tentar ajudar a economia norte-americana a sair da crise económica despoletada em 1929, ficaram conhecidas como o "New Deal".
Nesse conjunto de medidas destacaram-se o Agricultural Adjustment Act e o National Industrial Recovery Act (NIRA), no estímulo às actividades produtivas, a criação da Tennessee Valley Authority e da Civil Works Agency (apesar da sua vida curta), no desenvolvimento de ambiciosos programas de obras públicas) que criaram, no plano das infra-estruturas (rede energética e rede viária), bem como no plano económico e social (liberdade sindical, maior estabilidade e segurança no trabalho, códigos de conduta para combater a concorrência desleal e fixar níveis salariais mínimos), uma base duradoura para a competitividade da economia americana.
O "New Deal", ao redefinir as relações entre o Governo e o sector privado e ao produzir reformas sociais, pode ser lido num duplo sentido de "contrato social" e de voltar a "dar as cartas" do jogo económico.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

A RUPTURA TEÓRICA DE KEYNES

A *General Theory of Employment, Interest and Money* (1936) consuma uma ruptura parcial, teórica e prática, com o paradigma "clássico" de uma "macroeconomia" sem crises de produção, isto é, na verdade, uma ruptura com a continuidade da escola clássica nas primeiras versões do modelo neoclássico, na teoria, e uma ruptura com o liberalismo não intervencionista, remontando até Adam Smith, na prática política.

A "Teoria Geral" representa, com efeito, o momento chave na evolução dos contributos teóricos de Keynes, clarificando quer o seu objecto central de estudo – uma explicação coerente da determinação do nível de produção e de emprego – quer as grandes direcções da sua crítica – a lei de Say, a teoria quantitativa da moeda, a separação entre as esferas "real" e o "monetária" e a ideia da dependência do investimento em relação a uma poupança prévia.

A percepção da inexistência de mecanismos automáticos de restabelecimento da situação de pleno emprego conduziu Keynes não só à identificação da possibilidade da existência de um equilíbrio com desemprego como da sua persistência duradoura e, portanto, ao estudo das intervenções supletivas dessa ineficácia dos mecanismos espontâneos de mercado.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

AS GRANDES PROPOSTAS ANALÍTICAS DA "TEORIA GERAL" (1)

1. A distinção clara entre capacidade produtiva e produção realizada.
2. A ligação privilegiada das despesas de consumo privado com o fluxo de rendimento das famílias.
3. A determinação do nível de investimento das empresas pela "eficiência marginal do capital" e a taxa de juro.
4. A valorização do papel das expectativas dos empresários na determinação dos investimentos (incerteza e risco).
5. O desenvolvimento de uma visão onde a poupança e o investimento se revelam razoavelmente inelásticos às variações de curto prazo nas taxas de juro.
6. A consideração das variações do rendimento como mecanismo central do ajustamento (poupança e investimento definidos autonomamente).

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

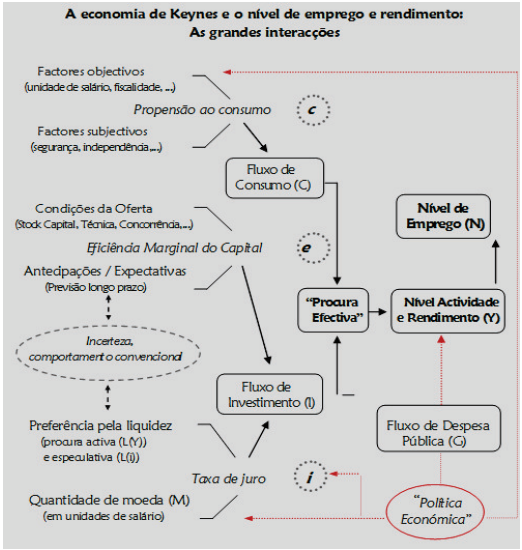
Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

AS GRANDES PROPOSTAS ANALÍTICAS DA "TEORIA GERAL" (2)

7. A taxa de juro é uma variável monetária (determinada pelos mercados e não pela forma convencional de sacrifício imediato do consumo).
8. Valorização de um "motivo especulação" na determinação da procura de moeda.
9. O desenvolvimento da concepção de uma economia monetária de produção, por oposição à concepção de uma economia de trocas reais (interligação e dependência recíproca dos fenómenos reais e monetários).
10. O estabelecimento de uma diferença clara na natureza dos ajustamentos em volume e preço, registando-se nos últimos uma maior rigidez, em particular ao nível dos salários.
11. A determinação do nível de preços pelo nível dos salários monetários em articulação com o nível de actividade (P = f (w,Y).

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

A ERA DO KEYNESIANISMO

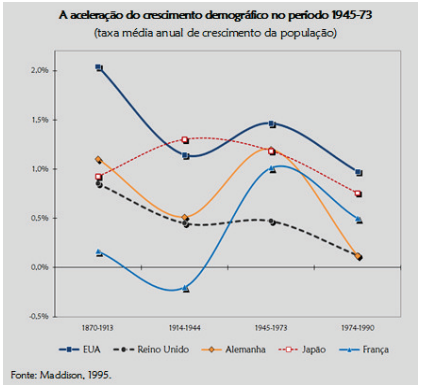
O keynesianismo afirmou-se, como quase sempre acontece, sem Keynes, desaparecido em 1946, para se vir a tornar numa realidade própria, autónoma, complexa e não especialmente homogénea. A percepção da inexistência de mecanismos automáticos de restabelecimento da situação de pleno emprego conduziu Keynes não só à identificação da possibilidade da existência de um equilíbrio com desemprego como da sua persistência duradoura e, portanto, ao estudo das intervenções supletivas dessa ineficácia dos mecanismos espontâneos de mercado.

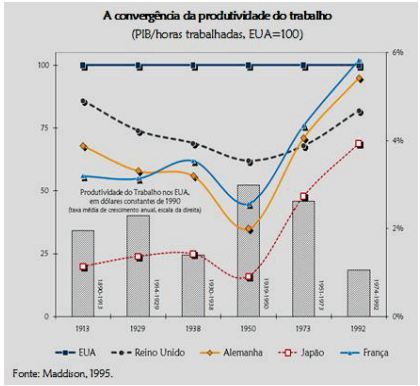
A abordagem de Keynes baseou-se na preocupação fundamental de analisar um problema específico – a compreensão das condições que determinam, no *curto prazo*, o nível agregado de utilização das capacidades produtivas existentes – e com uma motivação política prioritária – o combate ao *desemprego involuntário* massivo no quadro de um modelo de sociedade que não questionava.

A formação e ascensão do keynesianismo fizeram-se nos dois "tabuleiros" da teoria e da política económica, o que contribuiu para a sua difusão alargada, embora sob formas teóricas e práticas bastante diversificadas e até contraditórias, marcando com clareza toda a fase longa de crescimento económico do pós-guerra (1945-1973) que, assim, se confunde com a era do keynesianismo na política económica.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

O DINAMISMO ECONÓMICO, A DEMOGRAFIA E A CONVERGÊNCIA





Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

OS "ANOS DE OURO" DO CRESCIMENTO ECONÓMICO

O ciclo longo de crescimento do pós-guerra configura um momento histórico particular, pela aceleração significativa do crescimento do produto interno bruto (traduzido num ritmo anual de cerca de 5% para a economia mundial, muito acima da tendência secular anterior de cerca de 2%) e pelo alcance e difusão generalizados dessa aceleração.

O crescimento económico por grandes regiões (PIB, taxas médias anuais)

Região	1870-1913	1913-1950	**1950-1973**	1973-1992
Europa Ocidental	*2,1*	*1,4*	***4,7***	*2,2*
"Países Novos" (*)	*3,9*	*2,8*	***4,0***	*2,4*
Europa do Sul (**)	*1,5*	*1,3*	***6,3***	*3,1*
América Latina	*3,3*	*3,4*	***5,3***	*2,8*
Ásia	*1,1*	*1,0*	***6,0***	*5,1*
África	*1,1*	*3,0*	***4,4***	*2,8*
Mundo	*2,1*	*1,9*	***4,9***	*3,0*

(*) Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia; (**) Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Turquia.
Fonte: Maddison, 1995, p. 62

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A CRISE ECONÓMICA DOS ANOS 70

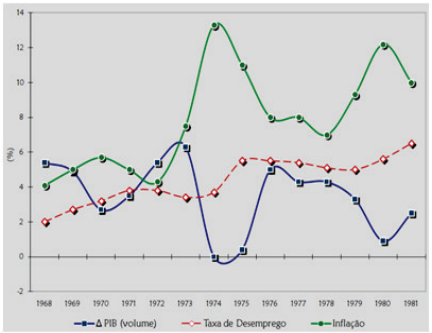
Os *conflitos sociais e laborais* que, no período 1968-70, alastraram, de forma mais ou menos intensa, bem como a perturbação do equilíbrio da *repartição funcional do rendimento* com a aceleração do ritmo da inflação, visível desde 1966-67, nas principais economias industrializadas, no plano nacional, e a *crise do dólar* e do sistema monetário internacional, no plano internacional, constituíram manifestações do despoletar de uma crise económica que, na década de 70, se generalizaria a toda a economia mundial.

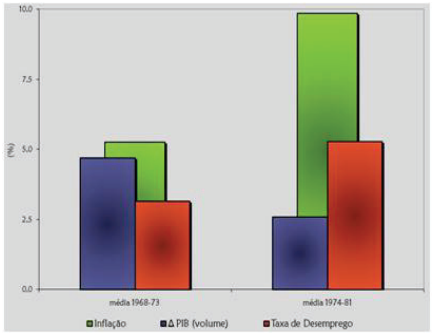
Esta "segunda" crise económica do século XX foi uma crise duradoura, multifacetada, de carácter global e desenvolvimento desigual com raízes, também, na profunda transformação que a economia mundial conheceu nas décadas de 50 e 60.

Os problemas conjunturais, surgidos, na transição dos anos 60 para os anos 70, que viriam a traduzir, entre outros aspectos, num abrandamento do ritmo de crescimento e numa aceleração da inflação, fenómeno que ficou conhecido como *"estagflação"*, para exprimir essa coexistência de sinais de estagnação do crescimento com pressões para uma inflação mais elevada, constituem um bom exemplo desta viragem complexa e desfavorável na envolvente das políticas macroeconómicas.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

O CAMINHO DA "ESTAGFLAÇÃO" NAS ECONOMIAS INDUSTRIALIZADAS



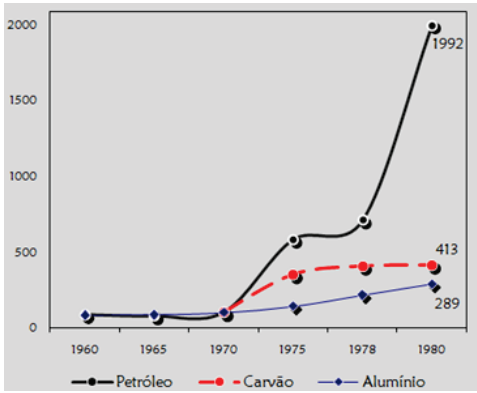


Fonte: OCDE, Economic Outlook

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A DIMENSÃO DO 1º E 2º "CHOQUES DO PETRÓLEO"

Evolução dos preços de produtos básicos
(1970 = 100)



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

OS "CHOQUES DO PETRÓLEO" E O "MAL-ESTAR" ECONÓMICO

A degradação da conjuntura económica resultou, também, da conjugação de *choques externos*, como a desagregação do sistema monetário internacional de Bretton-Woods e a alteração súbita e radical do preço relativo do petróleo (a multiplicação por cerca de 20 do preço médio do barril de petróleo entre 1970 (1,80 dólares) e 1980 (35,85 dólares), arrastou, também, no mesmo período, uma subida dos preços, embora menos dramática, de muitos outros produtos, básicos ou de primeira transformação), e de *choques internos* mais "subterrâneos", como a progressiva rigidez de uma despesa pública, que atingira um peso relativo considerável no produto interno bruto, e a perda de dinamismo do "motor" de um crescimento económico que funcionava já com níveis de inflação em aceleração.
Os efeitos dos "choques do petróleo" conduziram a uma forte perturbação conjuntural, de natureza assimétrica, com expressão quer ao nível do desequilíbrio "externo", quer ao nível do desequilíbrio "interno", onde se destacam, nomeadamente, os seguintes aspectos:

- *A manifestação de importantes défices externos.*
- *Uma forte, mas desigual, aceleração da inflação.*
- *A "instalação" de um desemprego persistente sobre dois "fossos" recessivos.*

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

OS EFEITOS DOS "CHOQUES DO PETRÓLEO"

	aceleração da inflação em duas vagas								recessão e o agravamento do desemprego							
País / Zona	Variação dos preços no consumidor								Crescimento do PIB				Taxa de Desemprego			
	1973	1974	1975	1976	1979	1980	1981	1982	1974	1975	1980	1981	1974	1975	1980	1981
EUA	6,2	11,0	9,1	5,8	11,3	13,5	10,4	6,1	-0,7	-0,7	-0,3	2,3	5,5	8,3	7,0	7,5
Japão	11,7	24,5	11,8	9,3	3,6	8,0	4,9	2,7	-1,0	2,3	4,4	3,2	1,4	1,9	2,0	2,2
R. F. Alemanha	6,9	7,0	6,0	4,5	4,1	5,5	5,9	5,3	0,7	-1,6	1,9	0,2	1,6	3,6	3,0	4,4
Reino Unido	9,2	16,0	24,2	16,5	13,4	18,0	11,9	8,6	-1,0	-0,7	-2,0	-2,0	3,1	4,7	7,3	11,4
França	7,3	2,8	4,1	9,6	10,8	13,6	13,4	11,8	3,2	0,2	1,1	0,2	2,8	4,1	6,3	7,3
CEE	8,4	13,0	13,0	10,5	9,1	12,3	11,1	9,8	1,6	-1,1	1,1	-0,5	4,5	5,2	6,0	7,9
Portugal	11,5	29,2	20,4	19,3	23,9	16,6	20,0	22,4	1,1	-4,3	5,5	1,7	1,7	4,4	7,9	7,6
OCDE	7,8	13,4	11,3	8,7	9,8	12,9	10,5	7,8	0,7	-0,2	1,2	1,5	3,7	5,5	5,6	6,5

Fonte: OCDE, Economic Outlook

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

AS QUATRO RUPTURAS ESTRUTURAIS DA CRISE DOS ANOS 70

- Em primeiro lugar surgiu uma ***ruptura energética*** que conduziu a uma alteração substancial das normas de produção e de consumo, que tinham sido criadas num contexto de energia abundante e barata.
- Em segundo lugar produziu-se a ***ruptura do modelo de crescimento industrial*** prevalecente caracterizado, no essencial, pela exploração “pesada” e “poluente” de duas grandes cadeias produtivas, química e metálica, em interacção com uma rápida e concentrada urbanização, geradoras de novas necessidades articuladas entre habitação, equipamento doméstico, sistemas de transportes colectivos e uso do automóvel como meio privilegiado de transporte individual.
- Em terceiro lugar temos a ***ruptura monetária e financeira*** que, com o desmantelamento do sistema monetário internacional saído de Bretton Woods, abriu as portas à experiência dos câmbios flutuantes.
- Em quarto lugar encontramos, finalmente, a ***ruptura da estabilidade das formas e relações de dependência, dominação e interdependência*** que moldaram o crescimento económico mundial no período posterior à segunda guerra mundial.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A FORMAÇÃO DE UM NOVO REGIME CAMBIAL

As dificuldades conjunturais da economia norte-americana precipitaram a crise estrutural do sistema monetário internacional saído da 2ª guerra mundial. O acordo do *Smithsonian Institute* ainda permitiu que as novas paridades resistissem até [illegible] de Fevereiro de [illegible], quando o persistente défice da balança de pagamentos norte-americana provoca uma nova crise do dólar, que volta a desvalorizar, com o preço da onça de ouro a subir para [illegible] dólares. O iene, logo seguido pelas moedas europeias da “serpente monetária”, entretanto constituída, começa a flutuar unilateralmente, assim, a transição para um novo regime cambial.

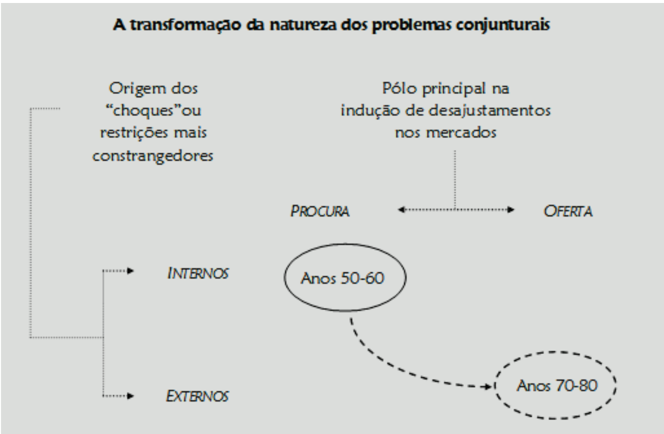
O regime de câmbios “flutuantes” equivale, inevitavelmente, sobre o fim do regime de câmbios “fixos”. A degradação do sistema monetário internacional não significou, nem o fim do dólar como divisa-chave, nem o desaparecimento das instituições criadas em Bretton Woods.

As novas “regras do jogo” contemplaram quer a afirmação de novos protagonistas, como o Japão e, sobretudo, a Europa, desenvolvendo, com a criação do Sistema Monetário Europeu (SME), uma trajectória de integração monetária que culminaria na criação do “euro”, quer a reforma estatutária do Fundo Monetário Internacional, a cooperação internacional no plano monetário ganhavam nova relevância, ao mesmo tempo que se instalava, com a flutuação das moedas e o desenvolvimento dos mercados cambiais, uma nova fonte de instabilidade no sistema económico internacional.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A TRANSFORMAÇÃO DOS DESAFIOS DA POLÍTICA ECONÓMICA

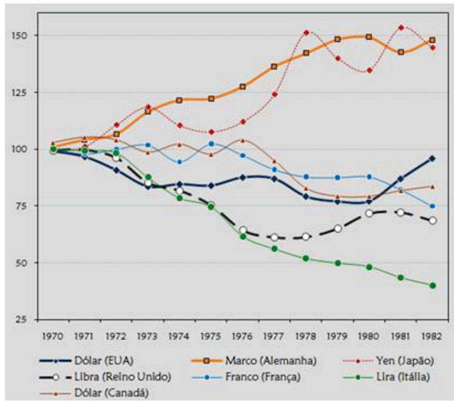


Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A VOLATILIDADE CAMBIAL ASSOCIADA AO NOVO REGIME CAMBIAL

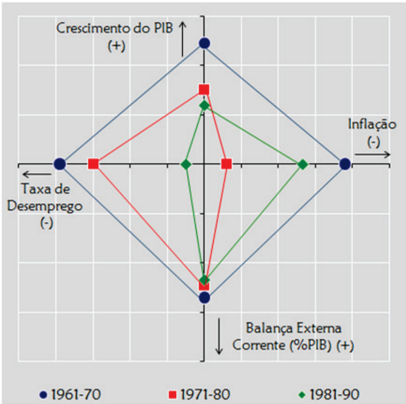
Evolução da taxa de câmbio efectiva
(1º trimestre 1970=100)



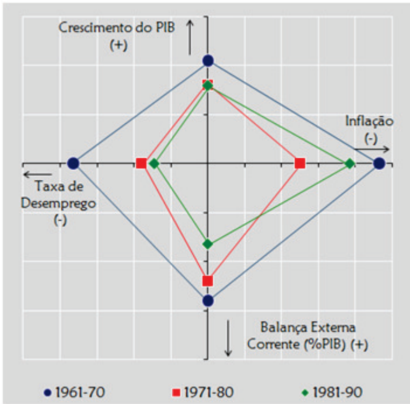
Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

A DESINTEGRAÇÃO DO "QUADRADO MÁGICO"

União Europeia (15)



Estados Unidos da América

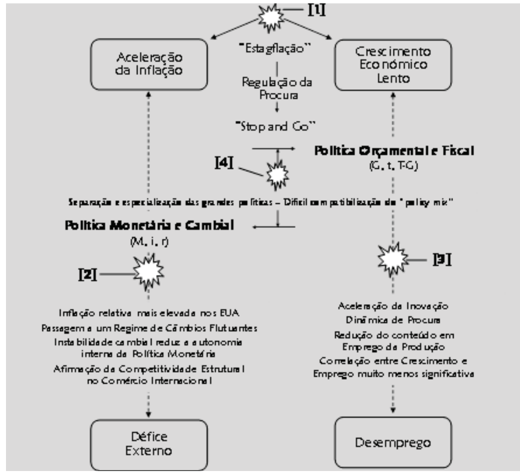


Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A DESAGREGAÇÃO DA EFICÁCIA DA REGULAÇÃO KEYNESIANA DA PROCURA

A ruptura das respectivas condições de suporte



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

O DECLÍNIO DO INTERVENCIONISMO ESTATAL
E A EMERGÊNCIA DAS EXPERIÊNCIAS LIBERAIS MODERNAS

O ke□ne□□ni□mo, □o□□etu□o en□u□nto e□col□ □e □ol□tic□ econ□mic□, c□min□ou □□□□ um□ c□e□cente □i□i□e□ te□□ic□ e □□□tic□ □ue o le□ou □ □c□□□e□□m □o □□□□o□un□□□□o □e□e□uil□□□io □□o□□e□□i□o ent□e □ *natureza evolutiva* □o□ □□o□lem□□ econ□mico□ □□□□t□□□ □o□ um□ □e□li□□□e em □□□i□□ mut□□□o e □ *natureza estacionária* □□ □u□ □e□□e□ent□□□o □□□ticul□□□□□ "doenças" □□e□em□□e□o□e □□□ "terapias" □n□□el □□ □e□□e□□ □□□□lic□ e □□ c□□□□ □i□c□l□ m□i□ □ele□□nte□□

O ke□ne□i□ni□mo, en□u□nto m□ni□ul□□□o □i□c□icion□□i□ □e in□t□umento□ o□□□ment□i□ e monet□□io□ □□□□ □e□ul□□ e m□nte□ o□ e□uil□□□io□, inte□no e e□te□no, □e um□ economi□ □t□□□□□ □□ □c□□o □o□e□n□ti□□, ent□ou, □em e□□eci□l □u□□□e□□, em □ecl□nio no□ □no□ □□□

O □□e□□u□□imento, em □□□ticul□□ no□ E□ □, □e im□o□t□nte□ □□□ice□ e□te□no□, □ □□□ □e um□ im□o□t□nte o□cil□□□o ent□e con□untu□□□ □e in□□□□o e □e□em□□e□o, em □u□i□□ □□□□ n□□ei□ n□o con□eci□o□ □nte□io□mente, n□ □e□un□□ met□□e □o □□culo □□, □uncionou como um□ □e□el□□□o inco□ton□□el □□ c□i□e □o ke□ne□i□ni□mo e □□□ limit□□□e□ □e um□ □ol□tic□ m□c□oecon□mic□ □e□u□i□□ □ com□in□□□o □e in□t□umento□ □e □e□ul□□□o □□ □□ocu□□□

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A EMERGÊNCIA DO MONETARISMO

□ com□□□□□□o ent□e o *percurso de Keynes*, □□oi□□o no□ □e□ult□□o□ m□i□ □ue □ece□cion□nte□ □□ □ol□tic□ monet□□i□ em te□mo□ □e □etom□ econ□mic□ □e□□nte n□□ei□ muito ele□□□o□ e □e□□i□tente□ □e □e□em□□e□o, e o *percurso dos monetaristas*, □□oi□□o, □u□t□o □□c□□□□ m□i□ t□□□e, n□ in□□ili□□□e □□ □ol□tic□ o□□□ment□l □□□□ cont□ol□□ um□ in□□□□o em □cele□□□□o num □m□iente □e t□□□□□em □o c□e□cimento econ□mico, □e□mite e□t□□elece□ um□ ce□t□ *simetria formal* no □l□no □□□ moti□□□□e□ □ue con□u□i□□m □o□ □oi□ momento□ □e □i□□□em□

□ o□o□i□□o ent□e □ "novidade" □e um□ □ol□tic□ monet□□i□, □u□o□t□□□ □o□ um□ *regra* □e cont□olo nomin□l □□ o□e□t□ □e moe□□, □□o□o□t□, □□o□□, □elo□ monet□□i□t□□, □□□□ com□□te□ □ in□□□□o, e □ "novidade" □e um□ □ol□tic□ o□□□ment□l *discricionária*, □u□o□t□□□ □o□ um im□ul□o e□□□n□ioni□t□ no n□□el □□ □e□□e□□ □□□e□□□□, □□o□o□t□, ent□o, □elo□ ke□ne□i□no□, □□□□ com□□te□ o □e□em□□e□o, □ □e□el□□o□□ □□ m□ni□e□t□□□o □e□t□ □imet□□□ □o□m□l no te□□eno □□ □ol□tic□ econ□mic□□

□ □□i□m□□□o m□i□ □ecente □o monet□□i□mo □oi inici□lmente li□e□□□□, no □u□□□o □□ c□□m□□□ "escola □e Chicago", por Milton Friedman, avançando sobre as dificuldades crescentes do keynesianismo convencional.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

AS GRANDES PROPOSTAS DO CONSENSO MONETARISTA DE REACÇÃO AO KEYNESIANISMO (1)

- A concepção da *procura de moeda como uma função estável, em termos reais, de um número limitado de variáveis,* onde se incluem, as taxas de juro, as expectativas sobre a variação dos preços e o nível do "rendimento permanente".
- A consideração da *oferta nominal de moeda como função dominante do comportamento das autoridades monetárias*.
- A consideração da *velocidade de circulação da moeda* como *apresentando uma forte estabilidade*.
- A modelização do *comportamento dos agentes económicos* em torno das hipóteses das *expectativas adaptivas* e da *optimização da "carteira" de activos*.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A CONTROVÉRSIA ENTRE KEYNESIANOS E MONETARISTAS

O período de emergência do liberalismo sobre a erosão do intervencionismo estatal, que marcou a passagem do final dos anos ?? para o início dos anos ??, foi decisivamente marcado na teoria e na política económicas, por uma *controvérsia entre keynesianos e monetaristas* que se desenvolveu em múltiplos e diversificados debates e afrontamentos em torno de questões bastantes diversificadas e de relevância muito desigual onde avultam, nomeadamente, as hipóteses básicas da análise, a natureza dos canais de transmissão nos processos de regulação económica e a escolha dos instrumentos e dos indicadores da política económica.

A controvérsia entre keynesianos e monetaristas refere-se, num plano mais pragmático, em torno da discussão da "superioridade" da política fiscal ou da política monetária para regular o nível de actividade.

A controvérsia entre keynesianos e monetaristas refere-se, também, num plano mais teórico, em torno das grandes hipóteses de investigação, isto é, em torno da discussão da maior ou menor estabilidade do multiplicador de investimento face à velocidade de circulação de moeda, por um lado, ou da discussão da maior ou menor estabilidade das funções investimento ou consumo face à função de procura de moeda, por outro lado

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

AS GRANDES PROPOSTAS DO CONSENSO MONETARISTA DE REACÇÃO AO KEYNESIANISMO (2)

- A consideração dos *efeitos de longo prazo das variações na quantidade de moeda* como sendo *exclusivamente nominais*, isto é, como podendo alterar o nível geral de preços mas não podendo alterar nem a estrutura dos preços relativos, nem os níveis de emprego e de actividade económica.
- A referenciação do nível de emprego a uma *taxa "natural" de desemprego*, que pode, também, ser associada a uma situação de não aceleração da inflação.
- O estabelecimento de uma *superioridade*, em termos de eficácia, da adopção *de regras monetárias,* traduzidas na prossecução, pelo Banco Central, de objectivos definidos em termos de agregados monetários, sobre a adopção de *medidas discricionárias orçamentais e fiscais*.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

"Monetaristas"	vs.	"Keynesianos"
Hipóteses		
Procura de moeda (M_d) rígida [face às variações da taxa de juro (i)] Funções de v e M_d estáveis [Preços (P), i, e PIB (Y) suportam o ajustamento] Moeda (M) exógena (anterior) [M/Y → P]		Procura de moeda (M_d) elástica [face às variações da taxa de juro (i)] Velocidade de circulação (v) irregular [v suporta o ajustamento] Moeda (M) endógena (posterior) [P . Y → M]
Canais de transmissão		
Directo [Δ M → alteração procura todos activos] Substituição generalizada [entre M, títulos e activos reais] Taxas de juro c/ gama diversificada Efeito central [efeito "saldo de caixa real" ("real balance effect")] Procura de moeda unificada		Indirecto [Δ M → Δ i → Δ I] Substituição limitada [entre M e títulos] Taxas de juro c/ referencial simples [títulos e investimento] Combinação de efeitos [efeito custo + efeito títulos + + efeito riqueza] Procura de moeda segmentada
Indicadores		
Agregados monetários (M)		Taxa de juro (i)
Eficácia das Políticas		
Política monetária + eficaz [rigidez da Md e concorrência entre despesa pública (G) e privada (C, I)]		Política orçamental + eficaz [elasticidade da Md e papel relevante do autofinanciamento]

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

AS EXPERIÊNCIAS LIBERAIS DE POLÍTICA ECONÓMICA (1)

As políticas económicas em acção nos anos [illegible] reflectiram uma ascensão do liberalismo apoiada num conjunto de valores e objectivos próprios apresentados como "terapia" para a correcção dos "excessos" das realizações do keynesianismo.

As novas propostas liberais acentuaram principalmente, neste contexto, os seguintes aspectos:

- O peso financeiro das administrações públicas na economia representava, na generalidade dos países da [illegible], à "saída" dos "choques do petróleo",um valor claramente superior ao registado à "entrada", com a carga fiscal a ficar a [illegible] pontos percentuais mais acima. Este carga financeira sobre o conjunto da economia seria excessiva e estaria a limitar o próprio crescimento económico.
- O alargamento progressivo da dimensão global do sector público, seja pela expansão de bens e serviços públicos como a saúde e a educação, seja pela propriedade e gestão de um sector público empresarial, seja pela lógica das ajudas de Estado ao sector privado. Este sector público alargado, que era responsável, nos países da [illegible], no início dos anos [illegible], por cerca de [illegible] do valor acrecentado total gerado nas diferentes economias, teria igualmente uma dimensão excessiva.

As políticas liberais, desinflação e desemprego

Taxa de Inflação

País	1950-73	1974-83	1984-93
Estados Unidos	2,7	8,2	3,8
Japão	5,2	7,6	1,7
Alemanha	2,7	4,9	2,3
Reino Unido	4,6	13,5	5,2
França	5,0	11,2	3,6
Irlanda	4,3	15,7	3,8
Itália	3,9	16,7	6,4
Espanha	4,6	16,4	6,9
Portugal	3,2	22,6	13,2

Taxa de Desemprego

País	1950-73	1974-83	1984-93
Estados Unidos	4,6	7,4	6,4
Japão	1,6	2,1	2,5
Alemanha	2,5	4,1	6,2
Reino Unido	2,8	7,0	9,6
França	2,0	5,7	10,0
Irlanda	5,2	8,8	16,1
Itália	5,5	7,2	11,1
Espanha	2,9	9,1	19,0
Portugal	2,4	6,5	6,1

Fonte: Maddison, 1995, p. 87.

AS EXPERIÊNCIAS LIBERAIS DE POLÍTICA ECONÓMICA (2)

- A despesa pública tinha-se tornado, por outro lado, bastante rígida, seja pelas responsabilidades em matéria de protecção social e ambiental, seja pela dimensão alcançada pela massa salarial nas adimistrações públicas, arrastada pela expansão do emprego público, seja pelo seu papel como instrumento de combate eleitoral fora do quadro da função de estabilização conjuntural. Esta rigidez da despesa pública, que tendia a crescer de orçamento para orçamento, teria vindo a reduzir a margem de manobra das escolhas orçamentais e a limitar as possibilidades de utilização do saldo orçamental como instrumento de estabilização da actividade económica.
- A desaceleração do crescimento das receitas fiscais, impulsionada pela redução do ritmo de crescimento económico, poderia, finalmente, desencadear processos cumulativos de desequilíbrio nas contas públicas, isto é, "círculos viciosos" onde um défice, exigindo endividamento, originaria outro défice, através do serviço da dívida.

As experiências de política económica de inspiração liberal e monetarista encontraram no Reino Unido, a partir de [illegible] com a chefia de Margaret Thatcher ao posto de primeiro-ministro, e nos Estados Unidos, com a chefia de Ronald Reagan à presidência, em [illegible], os seus dois grandes referenciais, até pela sua longevidade, cobrindo toda a década de [illegible] Thatcher cumpriu três mandatos e Reagan dois.

Aula 1
A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA ACTUAL

Características e impactos para a economia mundial, europeia e portuguesa. A crise actual e as crises anteriores: recorrências e novidades

CONTEÚDO

A sucessão de problemas nos mercados real, monetário e financeiro e de trabalho (pressão sobre os recursos naturais e não renováveis, aceleração da inflação, aprofundamento da diferenciação dos ritmos de crescimento à escala mundial, desvalorização do dólar e apreciação do euro, crise dos créditos de maior risco e das instituições financeiras mais expostas e o colapso das bolsas, forte aumento do desemprego e pressão sobre os níveis de protecção social).

As intervenções públicas para fazer face à crise e o novo protagonismo da "política económica".

A grande crise de 1929-33, as crises dos últimos sessenta anos e a crise actual.

Crises de regulação e crises reguladoras. Crises conjunturais e estruturais.

Keynesianismo e monetarismo. Intervencionismo e liberalismo.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

Articulação de dois choques complexos

O ano de 2007 marca uma **viragem qualitativa na conjuntura económica mundial** marcada pela **progressiva interpenetração de dois "choques" complexos:**

- Um choque real de procura
- Um choque financeiro

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A sucessão de problemas no mercado real:

- pressão sobre os recursos naturais e não renováveis;
- aceleração da inflação
- aprofundamento das diferenciação dos ritmos de crescimento

... nos mercados monetário e financeiro:

- Desvalorização do dólar e apreciação do euro;
- Crise dos créditos de maior risco e das instituições financeiras mais expostas;
- Colapso das bolsas;

... e no mercado de trabalho

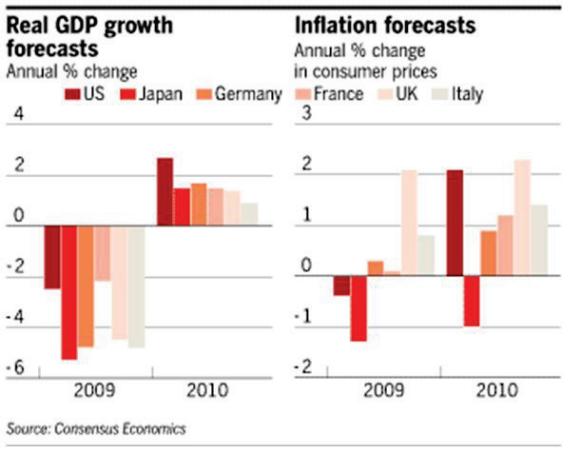
- Forte aumento do desemprego
- Pressão para a diminuição dos níveis de protecção social

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

O choque financeiro e o choque real de procura

- São diferentes na sua origem e na sua natureza ...
- ... Mas são convergentes na sua interacção para gerar um novo quadro de forte incerteza e volatilidade global, nas esferas financeira e real.
- O quadro surge agravado ao longo de 2008, e ...
- ... ainda mais em 2009 → o primeiro ano em que a economia mundial regrediu desde 1945! ...
- ... permanecendo ainda muitas incertezas no início de 2011!

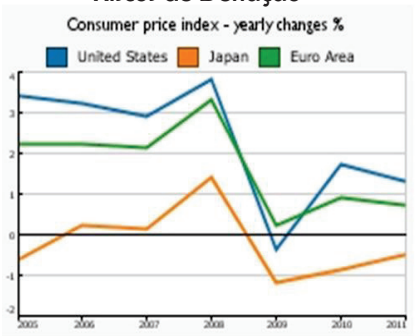
Recessão e Deflação no "mundo avançado"...



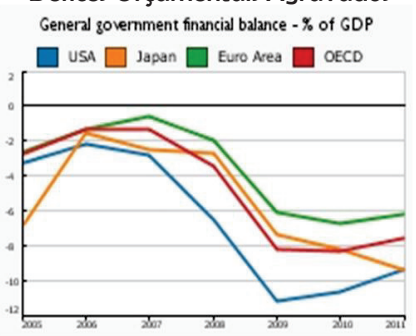
Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

O PERFIL DA CRISE NAS ECONOMIAS AVANÇADAS

Riscos de Deflação



Défices Orçamentais Agravados

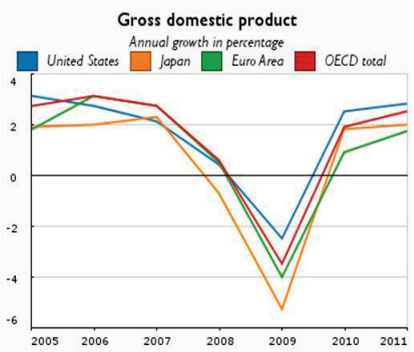


Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

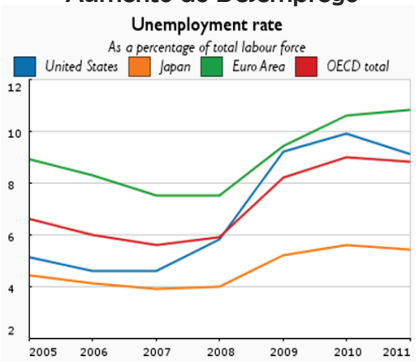
Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

O PERFIL DA CRISE NAS ECONOMIAS AVANÇADAS

Quebra do Produto



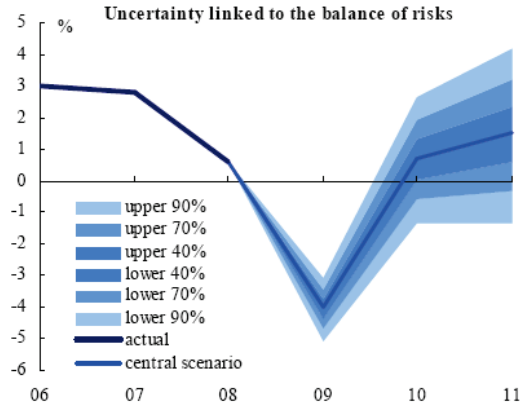
Aumento do Desemprego



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

Forte Incerteza e Volatilidade nas previsões do crescimento económico na Zona Euro



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

CHOQUE DE PROCURA

O primeiro choque configura-se como um choque real de procura decorrente de

- rápido crescimento das grandes economias emergentes, implicando
- uma pressão sobre os recursos não renováveis, escassos ou sujeitos a utilizações conflituais, originada quer pela respectiva industrialização e urbanização, quer pelo acesso de centenas de milhões de pessoas a melhores condições de consumo, e
- provocando uma aceleração da inflação e pressionando as taxas de juro nominais para um movimento ascendente.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

CHOQUE FINANCEIRO

É um choque financeiro global que se converteu numa turbulência generalizada nos mercados financeiros, com:

- profunda reavaliação das condições de risco;
- muito forte redução da liquidez;
- endurecimento das condições de acesso à dívida
- Colapso na confiança dos investidores (sobretudo pós falência Lehman Brothers: antes não se admitia colapso do sistema)

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

CHOQUE FINANCEIRO

Antecedentes próximos:

- longo período de forte crescimento do crédito
- prémios de risco baixos
- abundante disponibilidade de liquidez
- forte alavancagem
- Preços de activos com subidas fortíssimas
- Desenvolvimento de bolhas no sector imobiliário

Resultado:

- Bastou uma inversão de conjuntura numa pequena fracção do sistema financeiro (mercado do crédito subprime nos EUA) para abalar todo o sistema financeiro e a confiança dos agentes económicos e, tal como nos anos 30, a crise tornou-se *global.*

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

CHOQUE FINANCEIRO

É um choque financeiro global que se transmitiu muito rapidamente à esfera real da economia, via:

- Quebras no investimento empresarial;
- Quebra da procura de habitação e de bens duráveis pelas famílias;
- com uma rapidíssima difusão internacional devido às estreitas conexões dentro do sistema financeiro e às cadeias de valor fortemente integradas no mercado de produtos

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

O PERFIL DA CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL

... DA ESTAGNAÇÃO À RECESSÃO... COM UMA INTENSIDADE ACIMA DO ESPERADO AMPLIFICADA PELO COMÉRCIO INTERNACIONAL

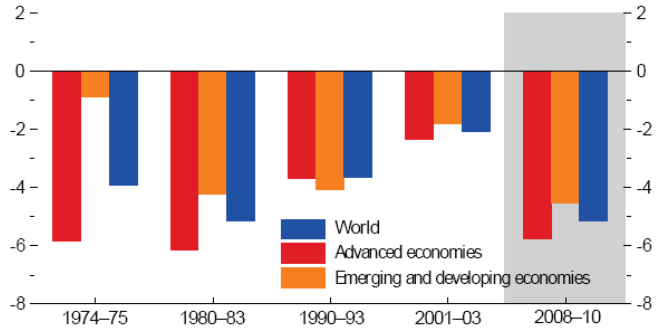
Sources: Haver Analytics; and IMF staff estimates.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

O PERFIL DA CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL

... CONDUZINDO A AJUSTAMENTOS RECESSIVOS CUMULATIVOS MAIS FORTES NO "MUNDO INDUSTRIALIZADO"

(perdas acumuladas na produção face ao PIB potencial)



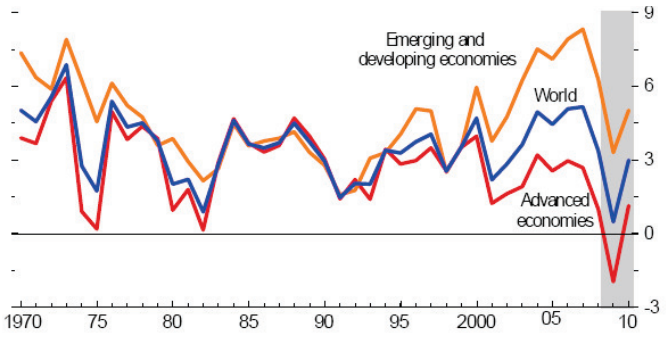
Source: IMF staff estimates.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

O PERFIL DA CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL

... COM AJUSTAMENTOS SUCESSIVOS DAS PREVISÕES
... "PECANDO" SEMPRE POR OPTIMISMO NO CRESCIMENTO DO PIB



Source: IMF staff estimates.

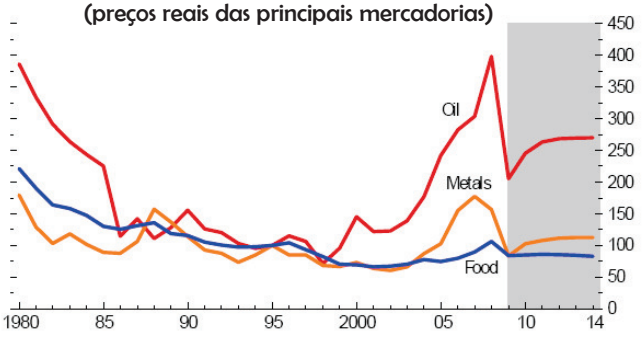
Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

O PERFIL DA CRISE

... NA HIPÓTESE DE UM CICLO DE MÉDIO PRAZO (5-6 ANOS) DE INTERRUPÇÃO DA SUBIDA DOS PREÇOS DO PETRÓLEO E DAS MATÉRIAS –PRIMAS CHAVE

(preços reais das principais mercadorias)

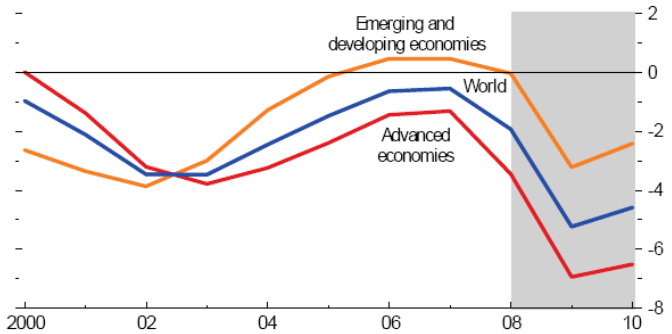


Source: IMF staff estimates.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

O PERFIL DA CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL

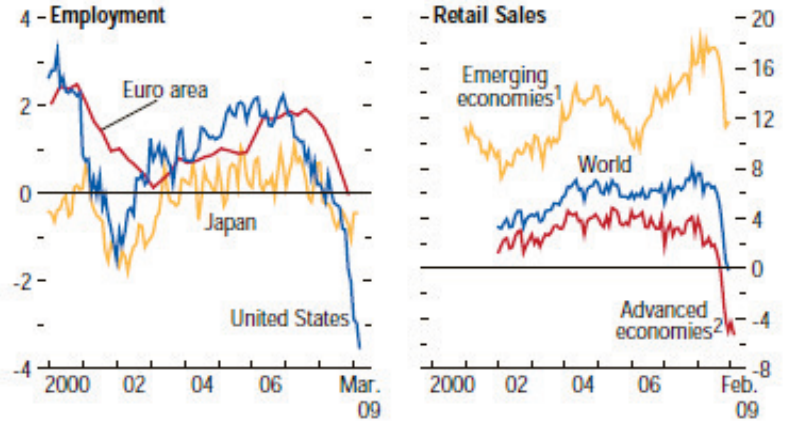
... MAS SEM DEIXAR DE GERAR FORTES DÉFICES PÚBLICOS
(saldos orçamentais em % do PIB)



Source: IMF staff estimates.

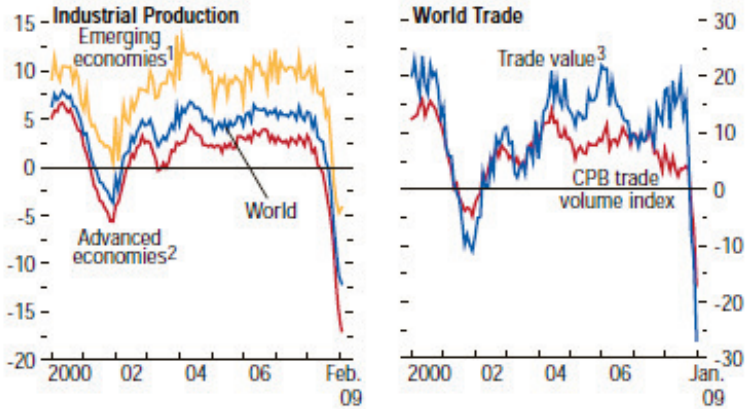
O PERFIL DA CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL

... COM CONSEQUÊNCIAS NO EMPREGO E NO COMÉRCIO RETALHISTA



O PERFIL DA CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL

O COLAPSO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E DO COMÉRCIO INTERNACIONAL ...



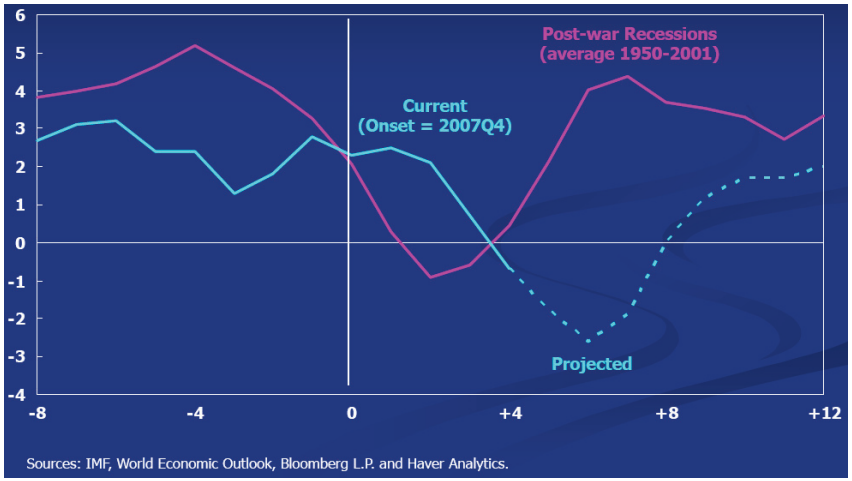
Saída da crise exigia:

- Desendividamento das famílias
- Desalavancagem das empresas
- Reestruturações industriais necessárias mas dolorosas

O carácter estrutural de muitas destas questões deixava adivinhar uma saída lenta com custos significativos :

- Desempenho económico
- Dificuldades orçamentais de muitos governos e
- Tensões sociais de diversas naturezas.

UMA CRISE DIFERENTE DAS OUTRAS UMA CRISE MAIS LONGA ...



Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

UMA CRISE REGULADORA E UMA CRISE DE REGULAÇÃO

A primeira "grande crise" da fase recente da "globalização" é...

- uma crise complexa e duradoura,
- nascida da profunda integração mundial de certas actividades económicas cruciais,
- que agrava o desequilíbrio entre o poder económico (capitais voláteis, multinacionais...) e o poder político e institucional, isto é, acentua o desequilíbrio entre a dimensão desses mercados (global, mundial) e a dimensão dos mecanismos de regulação e da acção das políticas públicas (nacional e/ou regional)

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A PRIMEIRA CRISE VERDADEIRAMENTE GLOBAL ?

As fortes perturbações conjunturais que atravessam a economia mundial, longe de representarem um "regresso ao passado" das grandes flutuações macroeconómicas do século XX, profundamente marcadas pela dimensão nacional dos grandes mercados e pelo papel amplificador ou amortecedor das relações internacionais ...

... mais parecem representar, no século XXI, os sinais da primeira crise conjuntural verdadeiramente global, isto é, da primeira crise nascida dos novos problemas de regulação colocados pela profunda integração de certas actividades económicas cruciais em mercados de dimensão mundial.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

UMA CRISE DO MODELO DE CRESCIMENTO
UMA CRISE DE EFICIÊNCIA E DE EQUIDADE (1)

A crise actual resulta também ...

- da forte travagem do ritmo de crescimento económico no "coração" do mundo industrializado e urbanizado,
- sob o impacto das questões do envelhecimento da população e
- da insustentabilidade ambiental dos modelos energéticos de produção, consumo e mobilidade,

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

UMA CRISE DO MODELO DE CRESCIMENTO
UMA CRISE DE EFICIÊNCIA E DE EQUIDADE (2)

A combinação de

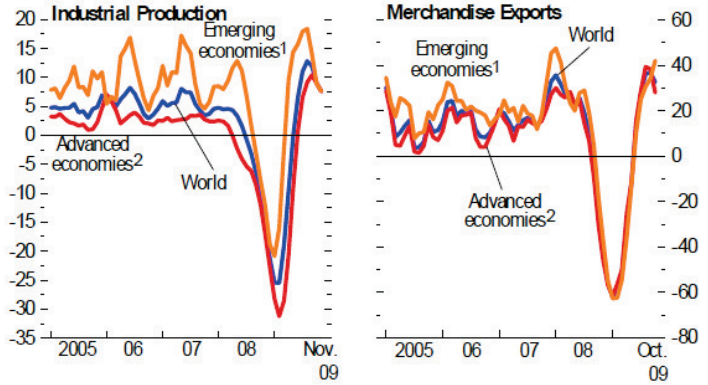
- "sobreinvestimento", orientado para actividades de rendibilidade não sustentável, e de
- "sobreconsumo", alimentado pelo endividamento,

➡ Gerou um desequilíbrio financeiro global que demorará a corrigir.

➡ E agrava as assimetrias económicas e sociais, à escala nacional e mundial...

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

O PERFIL DE SAÍDA DA CRISE
– Produção Industrial e Comércio Internacional



Sources: Haver Analytics; and IMF staff calculations.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

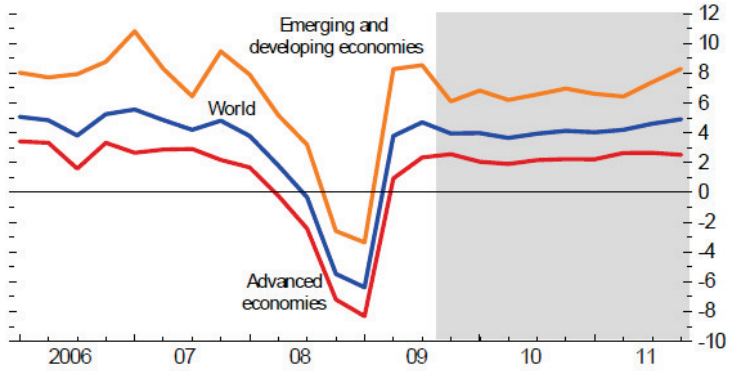
A "crise depois da crise"

As trajectórias de saída da recessão de 2008-2009 foram bastante diversificadas, precipitaram uma crise sem precedentes na área do euro e nas economias europeias mais débeis e desequilibradas que não se restringe aos problemas da dívida soberana e ainda não propiciaram a possibilidade de afirmação de um novo ciclo de crescimento económico sustentável à escala global.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

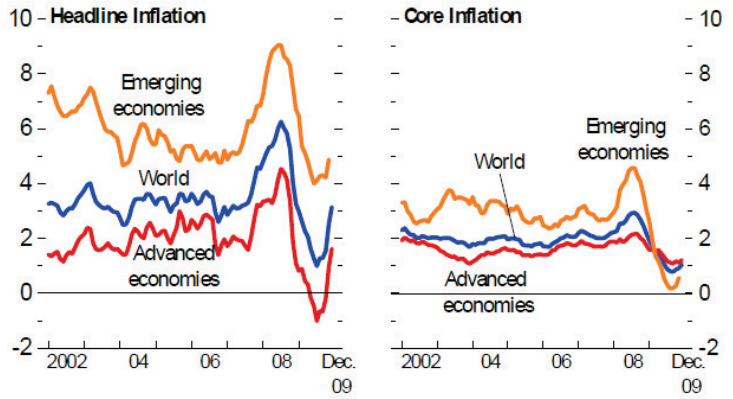
O PERFIL DE SAÍDA DA CRISE – Crescimento (PIB)



Source: IMF staff estimates.

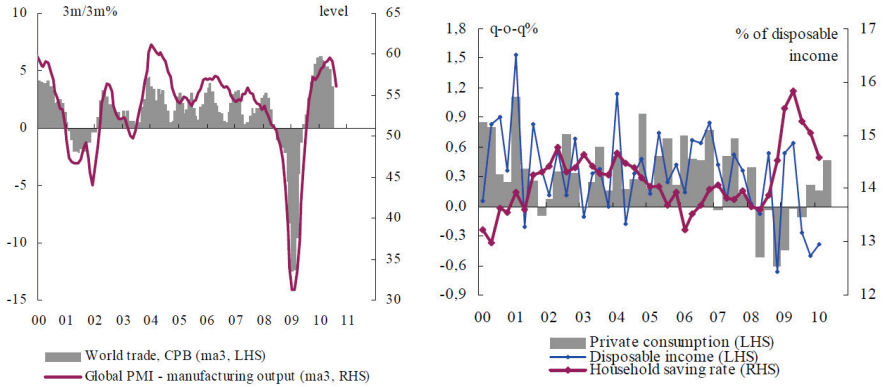
Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

O PERFIL DE SAÍDA DA CRISE – Inflação

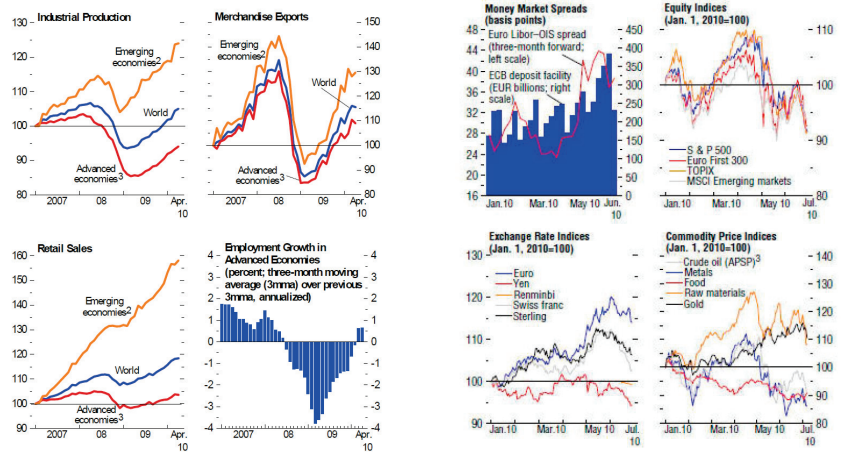


Sources: Haver Analytics; and IMF staff calculations.

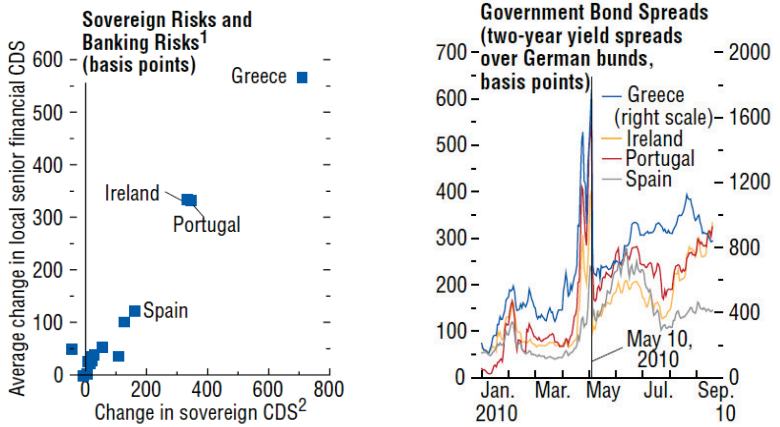
RECUPERAÇÃO HESITANTE E EM DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E DO COMÉRCIO FORTE VOLATILIDADE NA POUPANÇA E CONSUMO DAS FAMÍLIAS



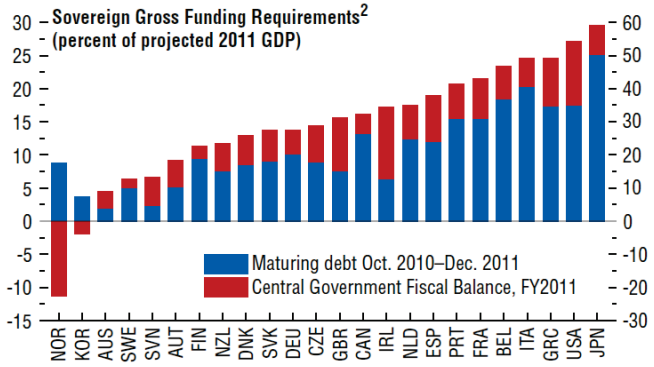
"GAP" CRESCENTE ENTRE OS MUNDOS "DESENVOLVIDO" E "EMERGENTE" FORTE VOLATILIDADE NOS PREÇOS-CHAVE



OS "PAÍSES DA COESÃO" NO CENTRO DA CRISE DA DÍVIDA SOBERANA DA EUROPA DO SUL



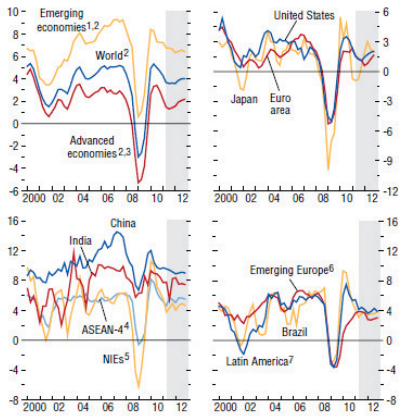
UMA MATURIDADE DAS DÍVIDAS EXTERNAS QUE TORNOU O ANO DE 2011 NUM ANO MUITO DÍFICIL



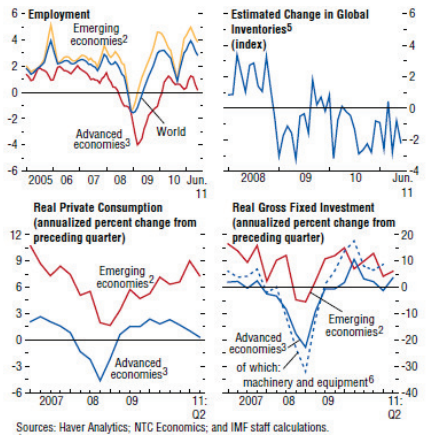
Source: IMF staff estimates.
[1]AUS: Australia; AUT: Austria; BEL: Belgium; CAN: Canada; CZE: Czech Republic; DNK: Denmark; FIN: Finland; FRA: France; DEU: Germany; GRC: Greece; HKG: Hong Kong SAR; ISL: Iceland; IRL: Ireland; ISR: Israel; ITA: Italy; JPN: Japan; KOR: Korea; NLD: Netherlands; NZL: New Zealand; NOR: Norway; PRT: Portugal; SGP: Singapore; SVK: Slovak Republic; SVN: Slovenia; ESP: Spain; SWE: Sweden; TWN: Taiwan Province of China; GBR: United Kingdom; USA: United States.
[2]All left scale except Japan; Japan right scale.

UMA ECONOMIA MUNDIAL DESIGUAL NA RECUPERAÇÃO

PIB (crescimento homólogo)

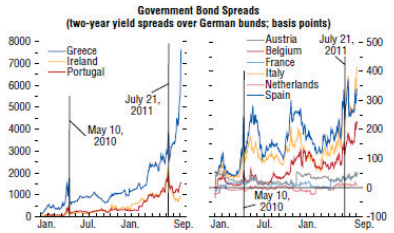


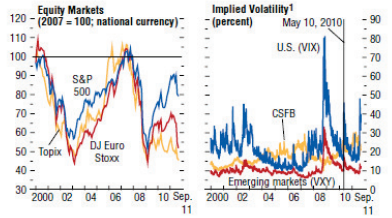
Emprego, Consumo e Investimento

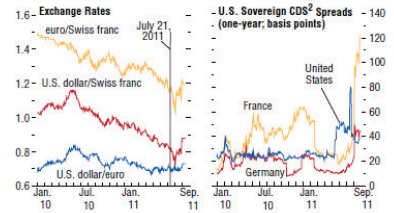


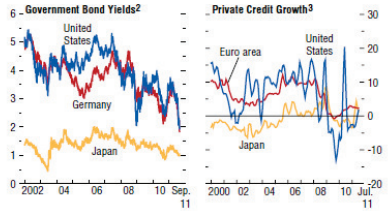
Sources: Haver Analytics; NTC Economics; and IMF staff calculations.

PERSISTÊNCIA DE TENSÕES FINANCEIRAS FORTES









Sources: Bloomberg Financial Markets; and IMF staff calculations.

Sources: Bank of America/Merrill Lynch; Bank of Japan; Bloomberg Financial Markets; European Central Bank; Federal Reserve; Haver Analytics; Thomson Datastream; and IMF staff calculations.

QUESTÕES

Que causas principais contribuíram para a crise?

Que papel e relevância pode ter a política económica na "saída" da crise?

Os governos conseguem enfrentar adequadamente a inflação, o desemprego, o crescimento económico e os desequilíbrios externos ou converteram-se, eles próprios, num factor de instabilidade e crise?

Terá o sector público ganho um peso económico e social excessivo?

Aula 2
A GLOBALIZAÇÃO
E A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A crise resultará da aceleração da globalização?

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

ECONOMIA MUNDIAL – Os ritmos da produção e do comércio

	1960	1973	1980	1990	2000	2007
Evolução da Produção Mundial (PIB, 1950=100)	150	370	400	548	722	895
Evolução do Comércio Internacional (Exportações mundiais, X, 1950=100)	160	600	700	1254	2420	5457

	1960-73	1973-80	1980-90	1990-00	2000-07
Crescimento da Produção (PIB, tmca)	7,2%	1,1%	3,2%	2,8%	3,1%
Crescimento das Exportações (X, tmca)	10,7%	2,2%	6,0%	6,8%	12,3%
Dinâmica Relativa do Crescimento do Comércio e da Produção (tmca X / tmca PIB)	1,5	2,0	1,9	2,4	4,0

As taxas médias de crescimento anual (tmca) são calculadas com base na evolução em volume

Fonte: Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e Comissão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

CONTEÚDO

A Internacionalização e globalização.

A globalização e a sua aceleração nas duas últimas décadas.

As transformações do comércio e do investimento internacional.

A internacionalização da produção e distribuição de bens e serviços.

A afirmação das grandes economias emergentes.

O alargamento da União Europeia.

As flutuações do comércio internacional.

Consequências da globalização dos mercados sobre a eficácia das acções dos poderes públicos.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

INTEGRAÇÃO EM PROFUNDIDADE - Produção, comércio e investimento

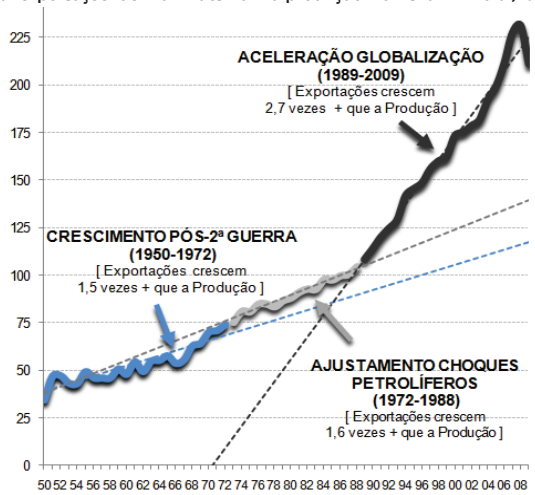
	1990	2001	2009(*)
COMÉRCIO INTERNACIONAL			
PIB mundial	22.121	32.400	60.766
Exportações bens e serviços	4.414	7.458	19.866
(em % do PIB mundial)	*20,3*	*23,0*	*32,7*
INVESTIMENTO INTERNACIONAL			
Stock Investimento Directo Estrangeiro	2.082	6.944	17.743
(em % do PIB mundial)	*9,4*	*21,6*	*32,2*
Investimento (FBCF) mundial	5.099	6.477	13.822
Fluxo Investimento Directo Estrangeiro	208	805	1.171
(em % da FBCF mundial)	*4,7*	*9,7*	*14,0*
PRODUÇÃO INTERNACIONALIZADA (filiais externas das empresas internacionais)			
PIB	1.477	2.571	5.812
(em % do PIB mundial)	*6,7*	*7,9*	*10,6*
Exportações	1.498	2.487	5.186
(em % das Exportações mundiais)	*33,9*	*33,3*	*33,0*
Vendas (**)	6.026	11.166	29.298
(em % das Exportações mundiais)	*136,5*	*149,7*	*186,4*
Emprego (milhões)	24,5	44,6	79,8

(*) Os indicadores relativos às exportações são calculados para o ano de 2008 para permitir uma leitura não enviesada pela forte quebra verificada no comércio internacional no primeiro semestre de 2009.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

A ACELERAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO

(Peso das exportações de manufacturas na produção industrial mundial, 1986=100)



Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

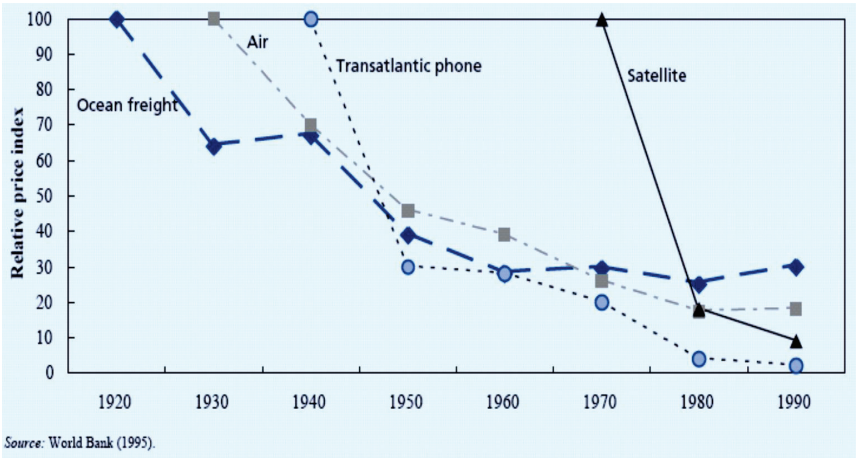
Uma nova "geografia" do comércio mundial
avança em vagas sucessivas com ritmos desiguais e
com expressões diferenciadas, nas mercadorias e nos serviços,
consumando a afirmação do "Pacífico" como o grande
motor de um crescimento económico mundial a "duas
velocidades" onde as economias emergentes se afirmam e
recuperam face às economias mais avançadas,
num quadro de aceleração da globalização.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A REDUÇÃO DOS CUSTOS DE MOBILIDADE E A GLOBALIZAÇÃO

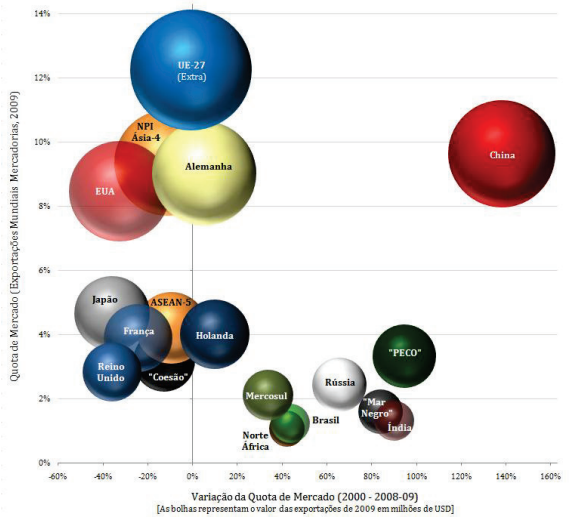
Evolução dos custos relativos dos transportes e das comunicações



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

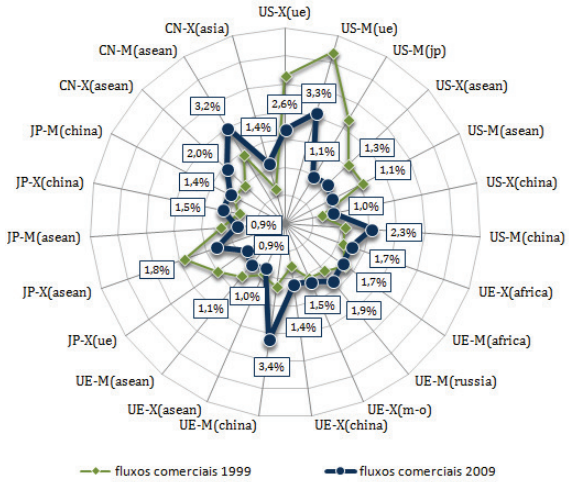
Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A NOVA GEOGRAFIA DO COMÉRCIO MUNDIAL DE MERCADORIAS



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

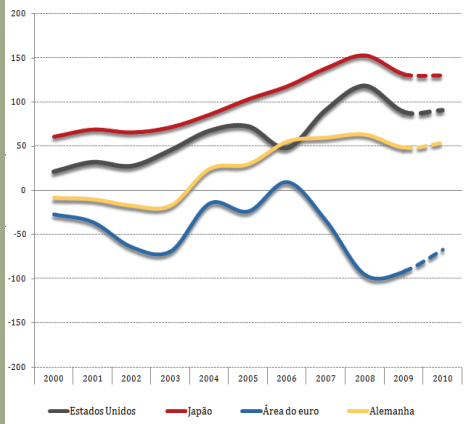
A PASSAGEM DE TESTEMUNHO DO ATLÂNTICO PARA O PACÍFICO
Fluxos de Comércio (exportações e importações) por origens e destinos dinâmica dos anos 90



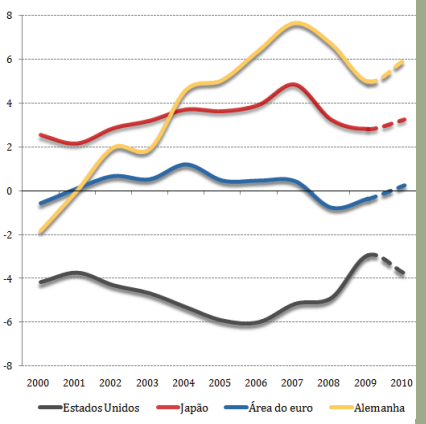
Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

AS BALANÇAS EXTERNAS NOS GRANDES PÓLOS DESENVOLVIDOS

Saldo da Balança de Rendimentos de Capitais
(mil milhões de dólares)



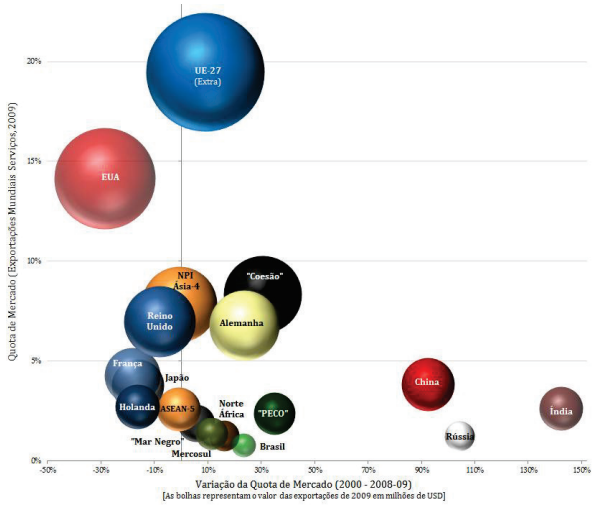
Saldo da Balança de Transacções Correntes
(em % do PIB)



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

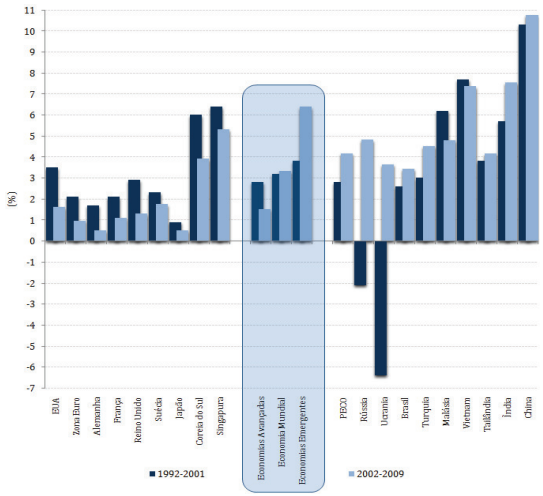
A NOVA GEOGRAFIA DO COMÉRCIO MUNDIAL DE SERVIÇOS



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A CLIVAGEM DOS RITMOS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO
(PIB em volume, tmca em %)



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

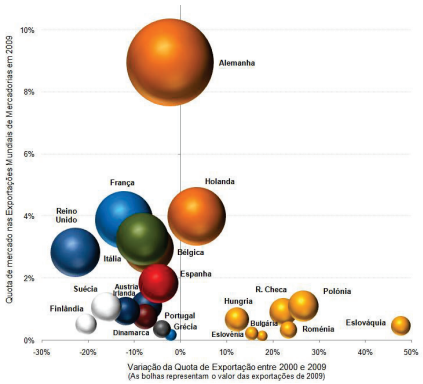
Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

O relançamento do aprofundamento da construção europeia, com a criação da União Económica e Monetária (UEM) e a introdução do euro, e a concretização do seu alargamento à Europa central e oriental, constituiu o elemento central na diferenciação dos ritmos e formas de integração das economias europeias no processo de globalização e, também, na diferenciação dos efeitos da crise económica e financeira mundial nessas mesmas economias

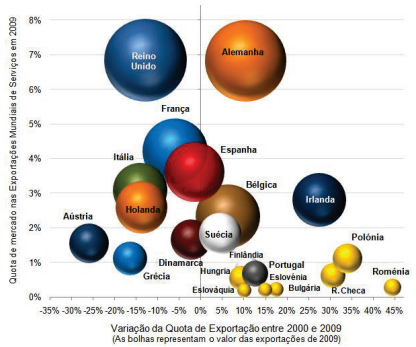
Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A EUROPA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

MERCADORIAS



SERVIÇOS

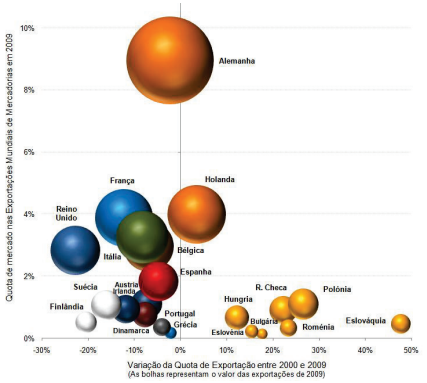


Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

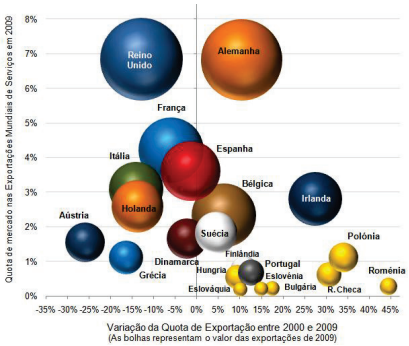
Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A EUROPA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

MERCADORIAS



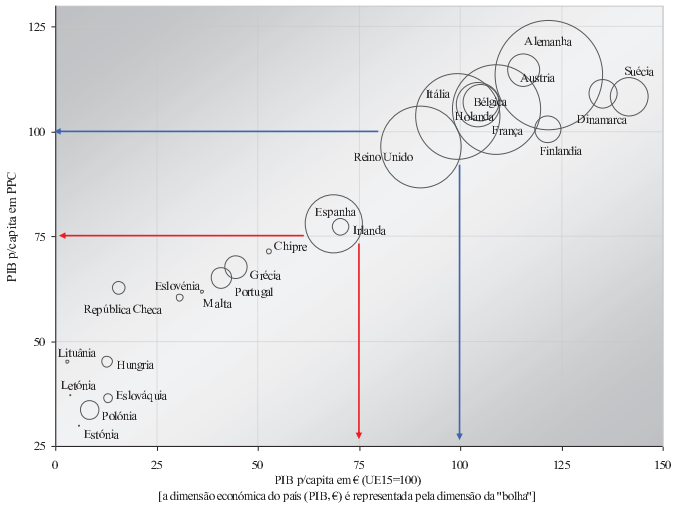
SERVIÇOS



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

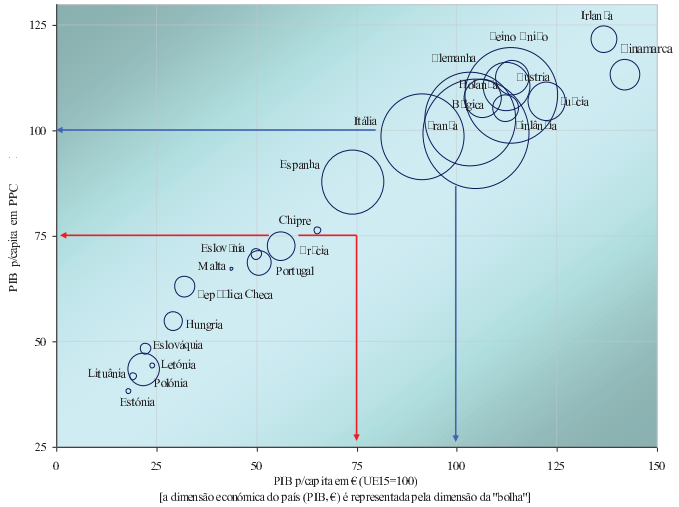
Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

AS ECONOMIAS NACIONAIS NA EUROPA ALARGADA
(O 1º ciclo de programação estrutural, 1989-1993)



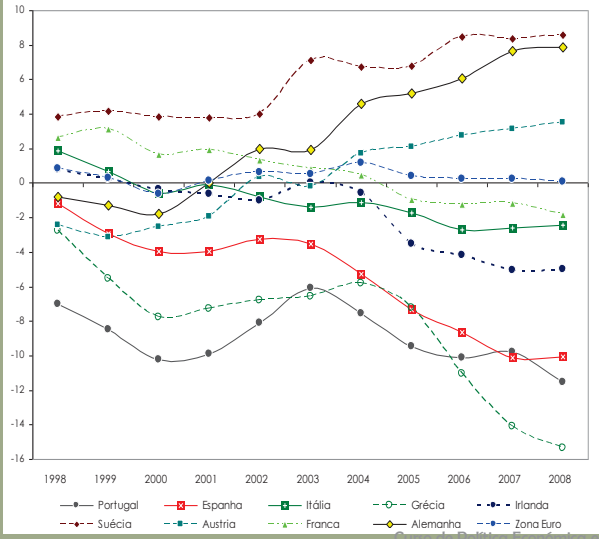
Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

AS ECONOMIAS NACIONAIS NA EUROPA ALARGADA
(O 3º ciclo de programação estrutural, 2000-2006)



Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A BALANÇA DE TRANSACÇÕES CORRENTES (1998-2008) (em % do PIB)



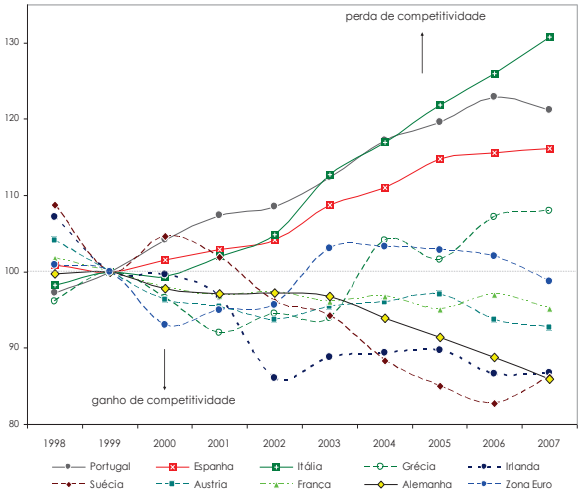
A aceleração da globalização, a degradação da competitividade e a crise mundial geraram o caminho para o surgimento, na segunda metade da primeira década do século XXI, de défices externos muito importantes e de sinal estrutural, na Europa do Sul.

Portugal, Espanha e Grécia destacam-se neste particular, acompanhados, à distância pela Itália e pela França

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO REAL (1998-2007)
CTUP Sectores Concorrenciados (referencial UE-15, 1999=100)



As economias da "Europa do Sul" destacam-se pela perda de competitividade evidenciada pela evolução da taxa de câmbio real nas actividades expostas à concorrência, em especial, e por essa ordem, Itália, Portugal e Espanha. Ao contrário, economias como a Irlanda, a Suécia e a Alemanha registaram ganhos relevantes de competitividade.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO PARA A POLÍTICA ECONÓMICA

A crescente abertura internacional faz aumentar a exposição das economias nacionais a choques externos (designadamente às políticas domésticas de outros países)... e reduz a independência dos decisores políticos quando uma economia diverge de outras.

A maior interdependência entre economias traduz-se numa mais fácil transmissão internacional de choques e conjunturas económicas assimétricas (sensibilidade dos mercados financeiros) e de efeitos das políticas domésticas (externalidades/bens públicos globais) e num maior número de restrições às políticas nacionais (deslocalização de empresas, necessidade de cordenação internacional de políticas).

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

BENS PÚBLICOS GLOBAIS

São bens que geram externalidades à escala global independentemente dos contributos individuais para a sua produção (o mesmo para os "males"). São bens que, estando disponíveis para uma nação, podem vir a estar disponíveis para qualquer outra como, por exemplo:

- A paz e a estabilidade internacional
- A existência de um sistema comercial aberto
- A preservação do meio ambiente
- A ajuda económica ao desenvolvimento
- A disciplina monetária internacional

A sua provisão exige cooperação e coordenação internacional. A "não rivalidade" e a "não exclusão" que definem os bens públicos permitem comportamentos de "passageiro clandestino" nas relações entre países.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

BENS PÚBLICOS GLOBAIS, MULTILATERALISMO E REGIONALISMO

"Alguns especialistas notaram que os agrupamentos regionais podem com sucesso satisfazer a procura de *bens públicos globais* que emergiu com a globalização (por exemplo, normas comuns, uma moeda única ou acordos visando a estabilidade monetária, medidas conjuntas para manter a actividade económica, protecção ambiental).

O multilateralismo é visto como o limite para o qual se pode progredir através de sucessivos alargamentos das uniões regionais.

A integração regional é mais profunda, indo para além da mera liberalização comercial e de outras questões puramente económicas." (Acocella, 2005)

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

BENS PÚBLICOS GLOBAIS

São bens que geram externalidades à escala global independentemente dos contributos individuais para a sua produção (o mesmo para os "males"). São bens que, estando disponíveis para uma nação, podem vir a estar disponíveis para qualquer outra como, por exemplo:

- A paz e a estabilidade internacional
- A existência de um sistema comercial aberto
- A preservação do meio ambiente
- A ajuda económica ao desenvolvimento
- A disciplina monetária internacional

A sua provisão exige cooperação e coordenação internacional. A "não rivalidade" e a "não exclusão" que definem os bens públicos permitem comportamentos de "passageiro clandestino" nas relações entre países.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

QUESTÕES

Pode e deve a globalização ser "regulada"?

Que responsabilidades podem ser apontadas à globalização na presente crise?

A cooperação internacional na elaboração e condução das políticas económicas deve ser mais estreita?

A formação de blocos regionais supranacionais e a introdução de regras e instrumentos de política a essa dimensão ajuda a estabilizar e melhorar o funcionamento dos mercados crescentemente globalizados?

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Aula 3
A CRISE E O FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS

A crise resultará de problemas nos mercados originados em comportamentos empresariais inadequados?

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

AS FUNÇÕES DO MERCADO E DO ESTADO

- Sendo o "estado" e o "mercado" os dois tipos principais de "regras" ou "instituições" que regem a interacção económica entre os indivíduos de uma sociedade, como avaliar os méritos de cada uma?
- Quais os critérios para decidir quais as "instituições económicas" que melhor permitem à sociedade :
  - Satisfazer os seus princípios éticos e políticos (e em especial os que se referem à justiça redistributiva) e
  - Atingir os seus objectivos em termos de bem-estar?
- Propõem-se dois critérios fundamentais para avaliar os méritos relativos destas duas "instituições" (estado e mercado):
  - Eficiência
  - Equidade

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

CONTEÚDO

Os problemas surgidos nos diferentes mercados nos últimos três anos são novos ou antigos?

A incerteza e os comportamentos dos agentes económicos.

"Estado" e "Mercado". Empresas e concorrência.

As "falhas de mercado".
A diferença entre falhas microeconómicas e falhas macroeconómicas.

Acesso à informação e aos factores produtivos. Externalidades e custos de transacção. Assimetrias, imperfeições e poder económico.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

EQUIDADE E EFICIÊNCIA

EQUIDADE

- A definição de equidade é indissociável de juízos de valor que, por sua vez dependem de escolhas políticas e éticas, como as que se prendem com a justiça redistributiva .
- Uma distribuição do rendimento é considerada equitativa se assegura:
  - Igualdade de oportunidades (condições à partida) ou
  - Igualdade de resultados (condições à chegada).

EFICIÊNCIA

- Capacidade de optimizar os resultado s obtidos com os recursos disponíveis.
- Existem diversas abordagens e definições :
  - Eficiência "X".
  - Eficiência na afectação ou "de Pareto".
  - Eficiência dinâmica.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

EFICIÊNCIA (1)

EFICIÊNCIA "X"

- Capacidade da empresa seleccionar planos eficientes de produção, isto é, saber organizar a produção de modo a maximizar os resultados dada uma combinação eficiente de inputs tendo em conta as possibilidades técnicas e os preços (minimiza os custos):

  A ausência de pressão concorrencial leva as empresas a serem menos exigentes nesta matéria incorrendo na *ineficiência "X".*

EFICIÊNCIA DINÂMICA

- Em especial:
  - Eficiência adaptativa: Aprendizagem → Compreensão dos problemas → Respostas adequadas (reduzir custos de produção ao longo do tempo, identificar a curva da procura).
  - Capacidade de inovar: inovação de produtos ou de processos.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

OS TEOREMAS FUNDAMENTAIS DA "ECONOMIA DE BEM-ESTAR" (1)

PRIMEIRO

- Em *mercados completos* (ausência de externalidades, ...) e de *concorrência perfeita*, havendo um equilíbrio, é óptimo de Pareto, e pode não ser único.

  Este teorema pode ser interpretado como uma afirmação rigorosa do significado da "mão invisível" referindo-se às características do mercado que permitem obter resultados positivos (óptimo de Pareto) para o sistema económico...

  ... mas como estas características são muito restritivas e pouco realistas, este teorema também pode ser visto como uma constatação precisa dos limites da 'mão invisível' nas situações reais.

  → Um mercado de concorrência perfeita é eficiente porque maximiza os excedentes do consumidor e do produtor... mas existem limites da concorrência perfeita e existem mercados não completos.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

EFICIÊNCIA (2)

EFICIÊNCIA NA AFECTAÇÃO DE RECURSOS (óptimo de Pareto)

- Óptimo de Pareto: Um estado da sociedade é "optimo à Pareto" se, ao passar desse estado para qualquer outro, não é possível a nenhum dos seus membros melhorar a sua situação sem que outro fique pior, isto é, quando já não é possível haver nenhum "melhoramento de Pareto".

- Melhoramento de Pareto: Quando, após uma reafectação de bens ou recursos, pelo menos um agente fica melhor sem que nenhum outro fique pior.

  O conceito de "óptimo de Pareto" tem subjacente um juízo de valor discutível: sobrevaloriza a autonomia e liberdade individual assumindo que a comunidade deve satisfazer as preferências individuais quaisquer que sejam e independentemente de como foram formadas. Do ponto de vista prático confronta-se com a ausência de comparações interpessoais de utilidade .

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

OS TEOREMAS FUNDAMENTAIS DA "ECONOMIA DE BEM-ESTAR" (2)

SEGUNDO

- Uma situação de óptimo de Pareto pode ser alcançada como um equilíbrio concorrencial se forem garantidas certas condições. O equilíbrio que se obtém depende da distribuição inicial dos recursos.

- Entre vários estados alternativos, eficientes à Pareto, alguns podem não ser desejáveis (desigualdade social ou situações ditatoriais).

  → Logo, havendo mais do que um equilíbrio, é possível escolher uma situação eficiente com base em critérios de equidade e/ou de viabilidade política...

  ... através de transferências (redistribuição dos recursos) que não interfiram com as propriedades do mercado, enquanto mecanismo para afectação de recursos óptima... ...de modo a evitar resultados socialmente indesejáveis (sem prescindir da eficiência).

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

AS LIMITAÇÕES CONCORRENCIAIS DOS MERCADOS

Os mercados, apesar de constituírem um mecanismo poderoso de afectação de recursos numa sociedade, comportam duas imperfeições ou limitações importantes ao nível microeconómico:

A primeira limitação corresponde à existência de

- Situações em que se verificam os chamados *fracassos ou falhas microeconómicas de mercado.*

  (→ limitações na eficiência)

A segunda limitação corresponde ao facto de

- Os níveis de bem-estar resultantes do mercado dependerem da distribuição inicial dos recursos, isto é, dos direitos de propriedade.

  (→ limitações na equidade)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

UMA TIPOLOGIA DAS FALHAS MICROECONÓMICAS DE MERCADO

RESPEITANTES À NÃO VERIFICAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DE CONCORRÊNCIA PERFEITA (EFICIÊNCIA)

- Bens homogéneos;
- Um elevado número, por hipótese infinito, de agentes (atomicidade);
- Inexistência de acordos entre agentes;
- Livre entrada e saída (no mercado) – "contestabilidade";
- Informação completa (sobre preços).

RELACIONADAS COM A NÃO EXISTÊNCIA DE MERCADOS COMPLETOS (EFICIÊNCIA)

- Bens públicos;
- Externalidades;
- Informação assimétrica.

RELACIONADAS COM OUTRAS SITUAÇÕES (EQUIDADE)

- Acesso aos bens de mérito;
- Distribuição do rendimento.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

AS FALHAS DE MERCADO: DIMENSÃO MICRO E MACROECONÓMICA

Os mercados, seja numa perspectiva de articulação entre interesses individuais e colectivos, seja numa perspectiva de estabilidade e sustentabilidade dos processos económicos de produção distribuição e consumo, funcionam com limitações ("falhas") que assumem duas grandes dimensões.

A dimensão microeconómica das falhas de mercado corresponde a

- Falhas nos processos de afectação, produção e repartição que limitam a eficiência e/ou a equidade das operações económicas ao nível dos agentes económicos, isto é, *microeconómico.*

A dimensão macroeconómica das falhas de mercado corresponde a

- Falhas que reflectem desequilíbrios, ineficiências e/ou injustiças que estão directamente associadas ao funcionamento dos mercados num contexto agregado ou de interacção global, isto é, *macroeconómico.*

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

FALHAS DE MERCADO E EFICIÊNCIA

DEFINIÇÃO

- Situação em que existe um bem ou serviço, que afecta o bem-estar dos indivíduos (é argumento da função utilidade) ou que afecta os custos de uma empresa (é argumento da função de produção), para o qual há pelo menos um preço ao qual certos agentes estão dispostos a vender e outros a comprar, mas onde não há mercado para esse bem.

SIGNIFICADO E CONSEQUÊNCIAS

- Uma falha de mercado é uma manifestação da existência de ineficiências;
- As falhas de mercado constituem o primeiro fundamento para a necessidade da intervenção do Estado na economia visando melhorar a eficiência na afectação de recursos;

→ Consensual entre os economistas.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

FALHAS DE MERCADO E EFICIÊNCIA

DEFINIÇÃO

- Situação em que existe um bem ou serviço, que afecta o bem-estar dos indivíduos (é argumento da função utilidade) ou que afecta os custos de uma empresa (é argumento da função de produção), para o qual há pelo menos um preço ao qual certos agentes estão dispostos a vender e outros a comprar, mas onde não há mercado para esse bem.

SIGNIFICADO E CONSEQUÊNCIAS

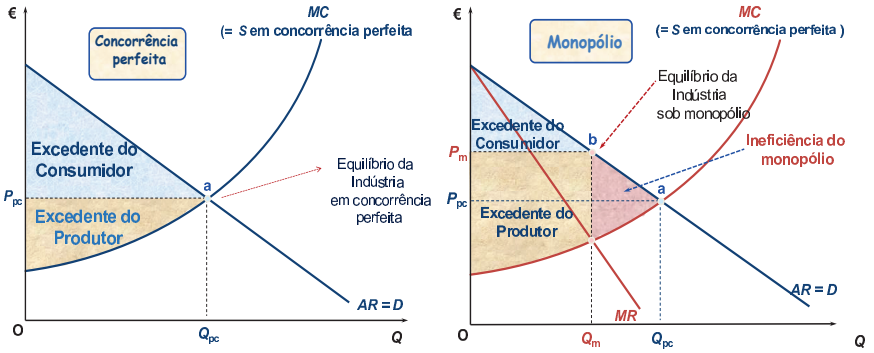
- Uma falha de mercado é uma manifestação da existência de ineficiências;
- As falhas de mercado constituem o primeiro fundamento para a necessidade da intervenção do Estado na economia visando melhorar a eficiência na afectação de recursos;

→ Consensual entre os economistas.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

FALHAS MICROECONÓMICAS DE MERCADO [CONCORRÊNCIA]

Uma situação de monopólio conduz a um equilíbrio com preço mais elevado e uma quantidade transaccionada mais baixa do que a que seria obtida em concorrência perfeita .



Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

FALHAS MICROECONÓMICAS DE MERCADO [CONCORRÊNCIA IMPERFEITA]

- As situações de concorrência perfeita constituem, no mundo real, mais uma excepção do que uma regra.
- A situação de Monopólio constitui o caso extremo (com bem homogéneo):
  - Monopólio natural: rendimentos crescentes à escala (custo médio decrescente à medida que a produção aumenta - razões tecnológicas);
  - Monopólio Artificial: regulamentação (condicionamento).
- As situações mais frequentes de concorrência perfeita são:
  - Concorrência monopolística (bem ou serviço diferenciado). (exemplo paradigmático é o das calças de ganga ("jeans"), fundamentalmente semelhantes, o design e o marketing criam a diferenciação artificial através da "marca". Para o consumidor "aqueles jeans daquela marca" tornam-se um produto "diferente", que apenas é fabricado por uma empresa - a qual passa a poder comportar-se como uma empresa monopolista, pois tem o "monopólio" daquela "marca" – que pode ganhar margem de manobra na fixação dos peços. Constituem mercados onde as estratégias de diferenciação do produto são claramente dominantes);
  - Oligopólio (bem homogéneo) (exemplos são a indústria automóvel, os serviços de transporte aéreo, o sector energético, a indústria de bebidas, ou seja, mercados onde o factor escala e o volume de produção ou actividade constituem factores críticos de sucesso);
  - Monopsónio (monopólio do lado da procura) (relação da indústria alimentar com a grande distribuição, relação de alguma indústria farmacêutica com as centrais de compras hospitalares sucesso);

Todos estes casos constituem falhas de mercado. A intervenção do Estado (regulação, empresa pública) justifica-se para eliminar ou reduzir estas falhas:

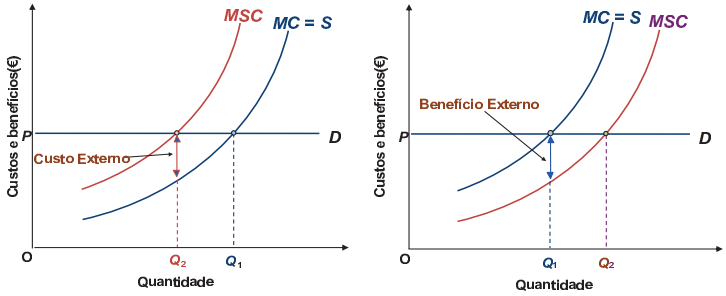
Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

FALHAS MICROECONÓMICAS DE MERCADO [EXTERNALIDADES]

- Existe uma externalidade quando a acção de um agente afecta significativamente o bem-estar de outro agente, e esse efeito não é transmitido através do sistema de preços.
- As externalidades podem ser :
  - Positivas (ensino superior)/Negativas (consumo de tabaco)
  - Consumo (consumo de droga)/Produção (poluição ambiental gerada pela produção de aço);
  - Envolver Poucos/Muitos Agentes).
- Uma externalidade negativa (positiva) gera um custo (benefício) marginal externo que é o custo (benefício) adicional, para todos os agentes económicos afectados pela externalidade, de se produzir mais uma unidade do bem.
- Significado prático:
  - Uma externalidade negativa implica que os agentes que produzem (consomem) o produto envolvido terão tendência a produzi-lo (consumi-lo) numa quantidade superior ao que aconteceria se não se verificasse essa externalidade.
  - Simetricamente no caso de uma externalidade positiva.
- Intervenção do Estado (atribuição de subsídios no caso de externalidades positivas e imposição de imposto específico no caso das externalidade negativas).

FALHAS MICROECONÓMICAS DE MERCADO [EXTERNALIDADES]

Externalidades negativas e positivas na produção



(a) Custos Externos (b) Benefícios Externos

MSC: Custo Marginal Social
MC : Custo Marginal Privado

Uma externalidade introduz uma divergência entre custo marginal privado e custo marginal social (externalidade negativa) ou entre benefício marginal privado e benefício marginal social (externalidade positiva)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

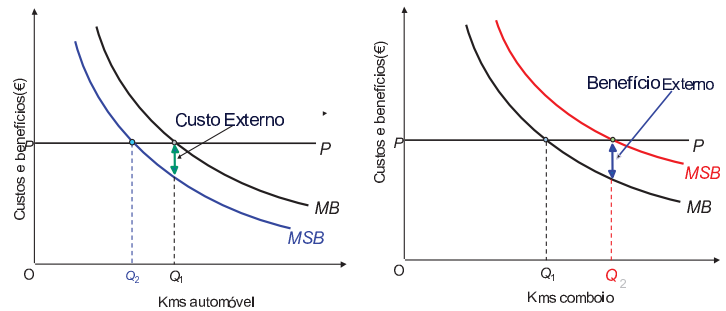
FALHAS MICROECONÓMICAS DE MERCADO [BENS PÚBLICOS]

- Bens públicos são os que gozam das propriedades de "não rivalidade" e "não exclusão" no consumo.
- Não rivalidade:
  - O consumo é rival se o consumo de um bem (ou serviço) por parte de um indivíduo impossibilita outro de o consumir)
  - Impossibilidade de cobrança de custo por cada utilizador adicional → Produtor do bem público suporta todo o custo da sua produção → desincentivo à produção de bens públicos por privados
- Não exclusão:
  - Há desincentivo à produção por privados, tanto maior quanto maior o número de beneficiários.
  - A dificuldade ou impossibilidade de exclusão acentua o problema do "passageiro clandestino" ou free-rider e a impraticabilidade do mercado
  - Tragédia dos comuns (sobreexploração de propriedade comum) → ruína do bem
  - A exclusão não é desejável porque não há benefícios da exclusão e há custos.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

FALHAS MICROECONÓMICAS DE MERCADO [EXTERNALIDADES]

Externalidades negativas e positivas no consumo



(a) Custos Externos (b) Benefícios Externos

MSB: Benefício Marginal Social

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

FALHAS MICROECONÓMICAS DE MERCADO [BENS PÚBLICOS]

- Exemplos:
  - Segurança e Defesa Nacional;
  - Iluminação pública;
  - Ponte não congestionada.
- Intervenção do Estado:
  - Produção de bens públicos;
  - Promoção da produção/provisão de bens públicos
  - Financiamento da procura de bens públicos.

FALHAS MICROECONÓMICAS DE MERCADO [INFORMA□□O ASSIM□TRICA]

- **Selecção adversa**
  O principal é incapaz de observar a situação do agente, ou importantes características do agente ou do bem envolvidos na transacção (factores actuais)
  - O mercado de carros usados como exemplo: na aus□ncia de conhecimento sobre as verdadeiras qualidades dos que estão à venda o preço tende a ser demasiado baixo e deixa de haver mercado para os que são bons;
  - Certificação de qualidade privada, garantias, pagamento após verificação de qualidade, ...;
- **Risco moral**
  O principal é incapaz de controlar o comportamento do agente ou as características do bem (dominadas pelo agente) e o agente não tem incentivo para seguir o interesse do principal.
  Caso típico: seguros (Franquias, incentivos positivos, ...)
- **Políticas públicas**
  Regulamentação da informação de venda, produção pública de bens e serviços,... (A política de defesa do consumidor como exemplo)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

FALHAS MICROECONÓMICAS DE MERCADO [INFORMA□□O ASSIM□TRICA]
RISCO MORAL □ O E□EMPLO DOS SE□□ROS

Bons exemplos de risco moral ocorrem na contratação de seguros. No caso do seguro, uma empresa seguradora de carros não tem como monitorar o comportamento daqueles que contrataram os seus serviços. Antes de fazer um seguro, o agente evitava transitar em bairros com alta incidência de roubos, verificava se a porta estava realmente trancada, em suma, o seu comportamento, antes, podia revelar-se muito mais cuidadoso com o bem, do que com o carro coberto contra roubo pela seguradora.

Uma forma de minimizar o risco moral dá-se por intermédio das chamadas sinalizações. Uma seguradora pode exigir aos donos de veículos o uso de GPS, alarmes ou trancas especiais. Pode cobrar um prémio maior se o dono do carro residir num bairro com alta incidência de roubo ou se ele tiver menos de 30 anos de idade pois essa faixa etária é responsável por uma parcela maior de acidentes.

Todas essas sinalizações minimizam a falta de informações das empresas e consequentemente o risco moral.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

FALHAS MICROECONÓMICAS DE MERCADO [INFORMA□□O ASSIM□TRICA]
SELEC□□O AD□ERSA □ O E□EMPLO DOS CARROS □SADOS

Admita-se que há um preço (Pb) que os vendedores de bons carros usados pretendem e um preço que os vendedores de maus carros usados pretendem (Pm). Como os compradores não conseguem discriminar entre os bons e maus carros usados, admita-se que todos os carros são vendidos pelo mesmo preço (Pu) que é uma média ponderada de ambos $Pu_t=a_t(Pb)+(1-a_t)(Pm)$.

Com Pb>Pm e em que a_t é a proporção dos carros bons efectivamente colocados em venda no mercado no momento t no total dos carros em segunda mão postos à venda. O que acontece, no momento t, é que alguns detentores de bons carros em segunda mão vão verificar que o preço de mercado dos carros usados é claramente inferior ao preço que eles acham justo (Pu<Pb), o que significa que irão retirar esses carros do mercado, fazendo diminuir a proporção de bons carros usados no mercado e, desta forma, o preço dos carros em segunda mão.

Este fenómeno é conhecido por **selecção adversa**, pois os bons produtos estão a sair do mercado e, como consequência, o preço do produto está a baixar. Novos ciclos de selecção adversa poderão repetir-se nos períodos seguintes levando a um fracasso total ou parcial do mercado.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

□□EST□ES

□uais as grandes diferenças entre o papel do Estado e dos mercados no funcionamento das economias□

□ue ra□□es contri□ue□ para a di□culdade□nas "econo□ ias reais"□ em conseguir uma boa articulação entre eficiência e equidade□

O que distingue uma falha de mercado microeconómica de uma falha de mercado macroeconómica□

□uais são as principais falhas microeconómicas de mercado□

□ue import□ncia assume a defesa das condiç□es de concorr□ncia para a eficiência de uma economia□ E para a equidade□

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Aula
A CRISE E A POLÍTICA ECONÓMICA

A crise actual resultará de acções ou omissões dos poderes públicos e/ou de uma dimensão quantitativa e qualitativa inadequada do sector público?

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

AS GRANDES FUNÇÕES DO ESTADO

AFECTAÇÃO DOS RECURSOS (motivação: uma economia mais eficiente, justificação: correcção das ineficiências de mercado, avaliação: bem-estar em equilíbrio parcial ou geral)

- Assegurar os fundamentos do funcionamento dos mercados (direitos de propriedade, concorrência,...).
- Corrigir falhas microeconómicas dos mercados (gerir externalidades, prover bens públicos, lidar com informação assimétrica, concorrência imperfeita e mercados incompletos).

REDISTRIBUIÇÃO ENTRE AGENTES (motivação: uma sociedade mais equitativa, justificação: correcção de desigualdades, avaliação: medida da utilidade social)

- Igualdade de oportunidades: assegurar a todos os cidadãos o acesso a certos bens e serviços considerados meritórios (cuidados básicos de saúde, ensino básico,...).
- Assimetrias de rendimento: corrigir as distorções na distribuição de rendimentos resultante do funcionamento dos mercados.

ESTABILIZAÇÃO MACROECONÓMICA (motivação: uma economia mais estável, justificação: ajustamento às flutuções e desequilíbrios, avaliação: desempenho macroeconómico)

- Contrariar as falhas macroeconómicas do mercado que se traduzem em desemprego, em inflação, em desequilíbiro das contas externas e em menor crescimento económico.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

CONTEÚDO

As grandes funções do Estado
(afectação, estabilização e redistribuição).

A dimensão macroeconómica das falhas de mercado.

Intervenção económica do Estado e política económica.

As "falhas do Estado" e a ocracia e o ercado

As interacções entre política e economia.

Governo económico regional, nacional e supranacional.

Envelhecimento da população e sustentabilidade ambiental: novas pressões sobre os orçamentos públicos.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

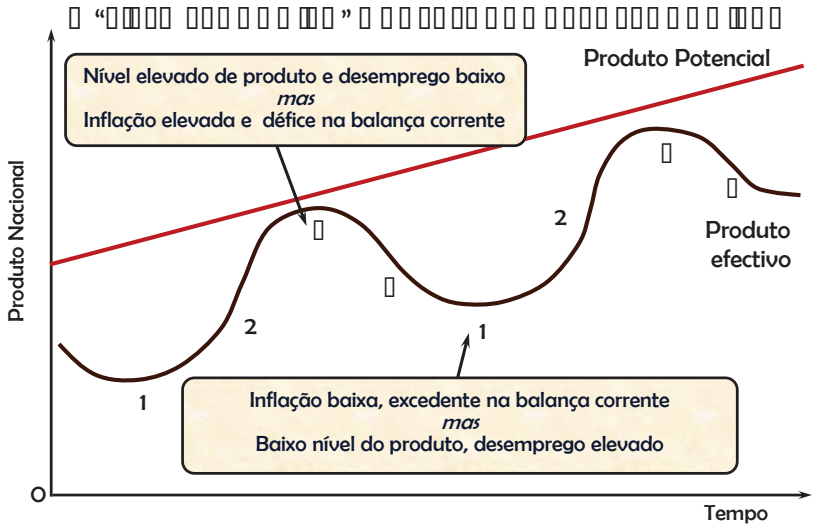
A DIMENSÃO MACROECONÓMICA DAS FALHAS DE MERCADO

O resultado global da auto-regulação dos mercados (lógica da "mão invisível") caracteriza-se, na vida real, por uma sucessão de flutuações, desequilíbrios e crises recorrentes.
São exemplos dessas situações de falha no funcionamento das economias:

- O desemprego
- A inflação
- Um défice externo
- Um crescimento económico insuficiente
- Um défice não controlado das contas públicas
- Uma perda de quotas de exportação
- Uma retracção duradoura do investimento empresarial

Estamos perante <u>falhas</u> (reflectem desequilíbrios, ineficiências e/ou injustiças) que estão directamente associadas ao funcionamento dos <u>mercados</u> num contexto agregado ou de interacção global, isto, <u>macroeconómico</u>.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)



Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A FALHAS MACROECONÓMICAS DE MERCADO: O DESEMPREGO (1)

- A ineficiência do mercado diz respeito ao desemprego involuntário;
- Existe desemprego involuntário quando à taxa de salário real corrente na economia (ou ligeiramente abaixo), há trabalhadores (potencialmente) dispostos a trabalhar que não encontram emprego, porque a procura de trabalhadores é insuficiente para oferecer postos de trabalho para todos (oferta de trabalho está racionada);
- Representa uma perca de eficiência para a economia. Em termos estáticos porque é possível melhorar a situação de alguns (os desempregados) sem piorar a situação de outros. Em termos dinâmicos porque o desemprego significa uma degradação dos recursos /perca de competências. (agrava-se no desemprego longo prazo);
- Representa uma injustiça relativa (não equidade) porque aumenta a desigualdade na distribuição de rendimento;
- O desemprego tem custos elevados para a sociedade (perda de produção de riqueza em termos económicos, exclusão e instabilidade em termos sociais)

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A FALHAS MACROECONÓMICAS DE MERCADO: O DESEMPREGO (2)

- As intervenções do Estado para atenuar a dimensão e os custos do desemprego envolvem quer a atribuição de subsídios de desemprego, numa lógica de protecção social dos desempregados, quer a utilização de políticas activas de emprego (formação profissional, requalificação,...), numa lógica de melhoria das condições de "empregabilidade" quer a promoção de investimentos públicos, numa lógica de promoção do emprego (constitucionalmente fixada na maioria das sociedades desenvolvidas como objectivo a prosseguir pelos governos).
- Essas intervenções estão sujeitas a controvérsia entre as visões mais intervencionais tas e mais liberais, invocando-se que os subsídios de desemprego podem constituir, por si ou, sobretudo, pela sua duração, um desincentivo à procura de trabalho, eque as situações de pleno emprego podem contribuir para uma menor eficiência em termos de trabalho e/ou para tensões inflacionistas pela subida dos salários induzida pela maior força negocial dos sindicatos.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A FALHAS MACROECONÓMICAS DE MERCADO: A INFLAÇÃO (1)

- A inflação é um fenómeno de perda de poder de compra da moeda revelado por uma subida sustentada no nível geral de preços;
- A inflação pode manifestar-se através de ritmos diferenciados de crescimento dos preços ("rastejante" baixa, moderada, elevada, "galopante" ou hiperinflação);
- A inflação pode desenvolver-se com base em processos de natureza diferenciada, isto é, possui várias causas explicativas. Neste sentido falamos de inflação pelos custos ("cost-push") ou de inflação pelo excesso de procura ("demand-pull") tal como falamos de "choques" ou "tensões" inflacionistas e de inflação importada, tal como podemos responsabilizar pela inflação margens de lucro excessivas ou subidas de salários não suportadas por aumentos de produtividade:
  - Inflação por excesso de procura (demand-pull): quando a economia está (perto de, ou) numa situação de pleno emprego e a oferta disponível limitada pela restrição da capacidade potencial de produção não acompanha a procura;

    Um aumento das despesas do estado (suportado num défice, isto é, não compensado com mais receitas fiscias) constitui um bom exemplo.

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

A FALHAS MACROECONÓMICAS DE MERCADO: A INFLA□□O (2)

- Inflação pelos custos (cost-push): repercussão sobre os preços do aumento dos custos, especialmente dos custos variáveis;

  □m aumento do preço das matérias-primas (energia, materiais, minérios, ...) que é repercutido no preço final dos bens produzidos constitui um bom exemplo.

- A inflação importada pode ter várias origens: um aumento dos preços de matérias primas e produtos semiacabados decorrente de decis□es autónomas dos produtores externos ou da desvalorização da moeda nacional ou um aumento das entradas de capitais externos na economia que alarga a base monetária e estimula procura constituem processos muito diferentes;

- A inflação não tem efeitos homogéneos sobres as várias fontes de rendimento. Os diferentes agentes económicos (empresários, proprietários, assalariados, profissionais liberais, trabalhadores independentes) e as diferentes actividades económicas e segmentos empresariais não t□m, todos, o mesmo poder para defender o valor real dos respectivos rendimentos. A inflação provoca, assim, alteraç□es nos preços relativos dos produtos e na configuração da repartição do rendimento.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A FALHAS MACROECONÓMICAS DE MERCADO: O DESE□□IL□BRIO E□TERNO

- A balança de pagamentos é o registo sistemático das transaç□es económicas num dado período de tempo, entre os residentes e os não residentes de um determinado país ou espaço económico. □ constituída pelas:
  - Balança de transacç□es correntes, onde se incluem os fluxos internacionais de bens (matérias-primas, produtos manufacturados) e serviços (seguros, fretes, viagens e turismo), bem como os fluxos internacionais associados aos rendimentos dos factores (salários, lucros, rendas e juros) e as transfer□ncias públicas e privadas.
  - Balança de capitais, onde se incluem as transaç□es e transfer□ncias relacionadas com as operaç□es de investimento internacional.
- □m desequilíbrio destas balanças, traduzido num défice externo, significa que o país está a usar as poupanças do resto do mundo. Nessas condiç□es o país está dependente das poupanças do Resto do Mundo para poder financiar o seu funcionamento corrente e o seu próprio crescimento.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A FALHAS MACROECONÓMICAS DE MERCADO: A INFLA□□O (□)

- A inflação é um processo que envolve uma conflitualidade social, mais ou menos relevante. A inflação pode provocar distorç□es muito significativas em matéria de equidade e de eficiência, sobretudo se for muito elevada e/ou muito prolongada, através da alteração dos preços relativos e dos fenómenos de redistribuição, tanto do rendimento como da riqueza, que podem produzir assimetrias e desiguladades não desejáveis e sacrificar o ritmo de crescimento da economia.
- As press□es inflacionistas podem de surgir de "con□itos de reparti□ão", seja entre os titulares de rendimentos monetários como salários, lucros e rendas, seja entre produtores e consumidores, quando procuram aumentar a sua parte relativa na riqueza produzida.
- O combate à a inflação constitui um objectivo da política económica, seja para reduzir a conflitualidade social que lhe está associada, seja para favorecer as condiç□es de um crescimento económico sustentado através da redução da incerteza e do risco, estabilizando a economia.

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

A FALHAS MACROECONÓMICAS DE MERCADO: OCRESCIMENTO E DESEN□OL□IMENTO

- Crescimento é um aumento no rendimento e na riqueza material de um país.
- Desenvolvimento é um conceito mais abrangente que engloba o crescimento mas também outras dimens□es da mudança económica e social: há desenvolvimento quando o nível de bem estar humano aumenta.
  - O conceito de desenvolvimento não é simples, nem consensual. Sup□e crescimento económico mas também, em particular, redução da pobreza, melhorias na saúde, na esperança de vida, na educação, no ambiente,...
  - O □ndice de Desenvolvimento Humano da Naç□es □nidas pretende ser uma aproximação ao conceito de desenvolvimento (Inclui o PIB per capita, Nível de escolaridade e esperança média de vida).
- Subsistem grandes assimetrias nos níveis de desenvolvimento económico à escala nacional e regional. Este facto questiona a hipótese de converg□ncia no crescimento económico mundial.
- As teorias actuais do crescimento tendem a valorizar factores como as externalidades associadas à promoção do conhecimento e do capital humano ... que fazem apelo a intervenç□es pró-activas dos poderes públicos.

AS FALHAS DE ESTADO

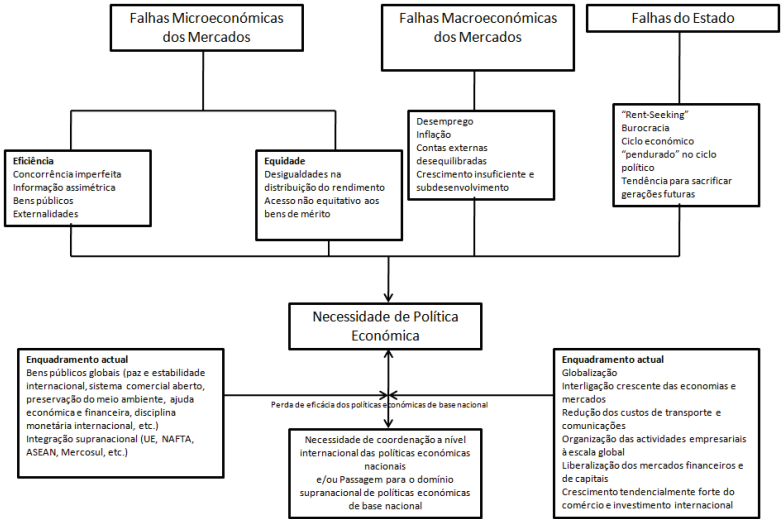
A abordagem normativa da política económica assume que os comportamentos das autoridades se norteiam pelo "interesse p□□lico". Os sistemas económicos e sociais comportam "classes" e "grupos de interesse" que tentam fazer prevalecer os seus interesses particulares sobre os de outros.

A teoria positiva da política económica rejeita a ideia de que a acção do governo se paute sempre pelo interesse geral e tende a destacar os interesses próprios dos decisores políticos para explicar as falhas do governo na prossecução do "□e□ co□ u□ ". As "□al□as de □stado" referem-se a potenciais fracassos na acção dos governos associados, nomeadamente a:

- Procura de rendas (*rent see□ing*): favorecimentos especiais a alguns agentes ou grupos de agentes (exemplo: benefícios fiscais);
- Burocracia: governos com menor informação que os agentes da administração que supostamente controlam (exemplo de problemas de ag□ncia);
- Ciclos político-económicos: deci□□es de política económica sujeitas aos ciclos eleitorais;
- Inconsist□ncia inter-temporal: tend□ncia para se gerarem défices em regimes democráticos (sacrifício das geraç□es futuras, que não podem votar);

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

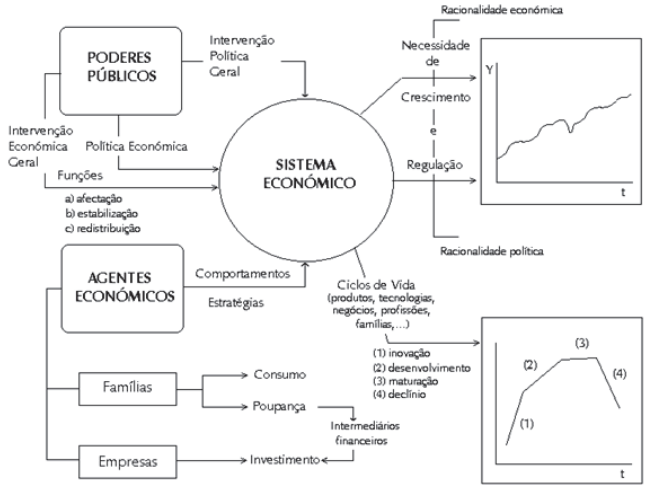
EN□ □ADRAMENTO □LOBAL DA POL□TICA ECONÓMICA (2)



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

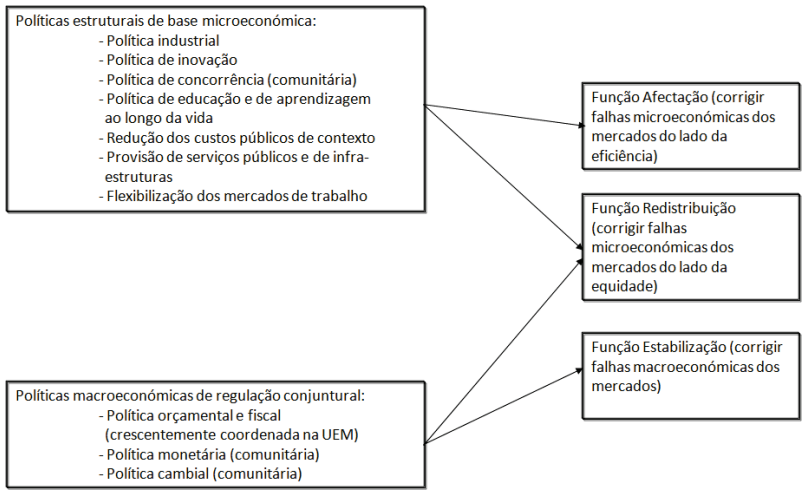
EN□ □ADRAMENTO □LOBAL DA POL□TICA ECONÓMICA (1)



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

EN□ □ADRAMENTO □LOBAL DA POL□TICA ECONÓMICA (□)



Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)

Política Económica e Actividade Empresarial
2011 - 2012

□ □ EST□ ES

□ uais são as grandes funç□es do Estado na economia□

□ ue ra□□es contri□ue□ para a di□culdade□nas "econo□ ias reais"□ em conseguir uma regulação macroeconómica□

□ uais são as principais falhas macroeconómicas de mercado□

O que distingue uma falha de mercado de uma falha de Estado□

□ uais são os principais tipos de política económica□

Curso de Política Económica e Actividade Empresarial © Augusto Mateus (2011)